

“ESTRADA PARA O FUTURO”

**UMA COLABORAÇÃO PARA AS
CAMPANHAS PRESIDENCIAIS**

**Coordenação Michel Temer
2026**

ESTRADA PARA O FUTURO

Michel Temer

COLABORADORES

Adriano Pires

Blairo Maggi

Cel. José Vicente

Denis Rosenfield

Flávia Piovesan

Gabriel Chalita

José Pastore

José Vicente

Júlio Medaglia

Mara Gabrielli

Marcos Lisboa

Moreira Franco

Marcos Troyjo

Nelson Jobim

Raul Cutait

Rubens Barbosa

Vinícius Lummertz

INTRODUÇÃO:

Michel Temer

Esta é uma sugestão àqueles que desejam governar o Brasil.

É colaboração que desejo dar como fruto de mais de trinta e dois anos de vida pública, passando por Procuradoria Geral do Estado, Secretário de Estado, Câmara dos Deputados, presidência de partido, Vice-Presidente e Presidente da República, além de longa carreira universitária.

Reuni pessoas que poderão apontar rumos sobre as áreas fundamentais para a governabilidade. Trata-se, na verdade, de uma **“Estrada para o Futuro”**, tal como, no meu governo, a **“Ponte para o Futuro”**.

O objetivo é o de que não haja disputa de nome contra nome, mas de projeto contra projeto.

O eleitor tem o direito de saber o que os candidatos pensam fazer em seus eventuais governos. É, portanto, homenagem ao eleitorado. Ainda: impõe-se que o voto seja a **“favor”** de alguém e não simplesmente **“contra”**, como tem acontecido nos últimos tempos. Este é um documento de algumas páginas para facilitar e incentivar a sua leitura.

Tudo está a significar a indispensabilidade de um programa para o País. Longinquamente, em 1955, JK teve sucesso porque lançou um **“Plano de Metas”**. Nos outros, ainda que modestamente, mas vitoriosamente, tivemos a nossa **“Ponte para o Futuro”**. Saber o que se fará, portanto, é um caminho para o sucesso de uma campanha eleitoral. Essa fórmula é compatível com a Constituição Federal que é toda permeada pela ideia da transparência e da publicidade daqueles que, no futuro, praticarão atos públicos.

Farei alguns comentários, apenas exemplificativos, que serão ampliados por especialistas colaboradores deste ensaio eleitoral.

Primeiro: Não é possível levar a campanha eleitoral à base de agressões verbais e até físicas. A C. F. exige “solução pacífica de todos os conflitos”. E é na C.F. que está escrita a vontade do povo. Na Constituição de 5 de outubro de 1988, os constituintes apenas expressaram a vontade popular, como seus procuradores que eram.

É claro que, na democracia, a “polarização” é fundamental. Polarização de ideias, de programas, de conceitos, de projetos. A divergência é fundamental na democracia. Até a oposição é, nela, indispensável. Na formulação constitucional, a oposição existe para “ajudar” a governar. Ajuda quando critica, observa, contradita, impedindo o poder absoluto da situação, do governo. Mas não é isso que acontece. O que ocorre é uma “radicalização” de posições, como, repito, agressões, “xingamentos”, falta de liturgia, de cerimônia e de civilidade política, o que contraria o Texto Constitucional e a vontade popular.

Por isso, nesse primeiro tópico, sugere-se aos senhores candidatos que se comprometam, e divulguem, que logo nos primeiros dez dias de seu governo, convidarão dois outros Poderes do Estado, também setores da sociedade civil assim como a oposição a fim de realizarem uma espécie de “Pacto Republicano” para trazer paz, tranquilidade e desenvolvimento industrial, agrícola, social e tecnológico ao País. Tal medida agregaria, ao invés de desagregar. Causaria efeito extremamente positivo, tanto interna como externamente. Daria sentido de unidade no país, eliminando a preocupação de investidores nacionais e estrangeiros que desejam investir, mas se preocupam, atualmente, com a instabilidade social e política imperante no Brasil.

É claro que, mais adiante, cada partido político, de oposição e da situação, seguiriam os seus caminhos programáticos. Até porque, eleição só se daria, novamente, em 2028. Esse gesto faria findar a destrutiva divisão entre brasileiros,

entre corporações e até entre Poderes. Achamos que a Imprensa colaborará com essa ideia.

Segundo: Se o primeiro tópico foi genérico, os próximos serão mais específicos.

Começemos com a **“Segurança Pública”**.

Aqui, é preciso distinguir a criminalidade diária e agressiva de roubo de celulares e alianças que, embora parecendo triviais, já resultaram em mortes dos assaltados. É incrível que em países da Europa, por exemplo, se possa sair às ruas tranquilamente com celulares relógios, aliança, sem a menor preocupação. Aqui, as pessoas temem sair às ruas com esses artefatos. Temem, até, por suas vidas.

Nesse caso, a solução se dá não apenas pelo policiamento ostensivo, como, especialmente, pela localização dos “receptadores”. Eliminando estes, a tendência é eliminar o interesse pelo roubo.

Outra espécie, e gravíssima, da criminalidade, reside nas **Organizações Criminosas**. Estas estão formando uma espécie de governo paralelo. E, hoje, buscam “lavar” o dinheiro obtido criminalmente, por meio de atividades legalmente admitidas. Transporte, combustíveis e até construção servem para tanto. Sustenta-se, até, a formação de indivíduos que não só se elegem para cargos públicos como se introduzem nas máquinas administrativas. Não se pode esquecer do tráfico de drogas que envolve vários países, entre os quais, o nosso. Aqui, o tratamento há de ser outro. A “inteligência” é fundamental. Resignificar os serviços de informação, dos Ministérios da Defesa, do Ministério Público, das Polícias estaduais, da Polícia Federal e outros é indispensável para esse combate. Porque daí nascem os esquemas de infiltração policial nessas organizações e o levantamento de dados que permitam identificá-los, investigá-los e, a final, apená-los e desbaratá-los. De logo digo que essa espécie delituosa é transnacional. Vários países devem unir-se nesse combate. Não pode haver preconceito com a interação desses países. As informações também virão dessas interações. Ações conjuntas hão de ser realizadas.

Para tanto, impõe-se a recriação de um Ministério da segurança Pública, criado no nosso governo, e ancorado na lei estabelecadora do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), também do nosso tempo, para coordenar (não interferir nas competências estaduais e até municipais) os trabalhos de segurança pública no País. E até mesmo para conectar-se com os demais países, já que, reitera-se, esse crime é transnacional, não apenas estadual ou municipal.

Enfrentar, sem preconceitos, esse tema é acolher uma das principais preocupações do momento.

Terceiro: Na **“educação”** é preciso ousar. De fora parte, a permissão legal para certa especialização a partir do ensino médio (como fizemos com a reforma dessa fase educativa) é importante criar milhões de vagas de ensino em tempo integral, no fundamental e no médio. Recursos haverão de ser buscados nos governos, no setor privado e até nas ofertas sociais que vários países ricos podem realizar. Essa fórmula tem duas vertentes: uma, **educacional**: o aluno fica mais tempo na escola aprendendo mais; outra, **social**: o aluno se alimenta na escola. É claro que é necessário cuidar dos professores. Esta medida há de importar na formação adequada, mas também em nova e compensadora formatação salarial.

Quarto: Na área **trabalhista** é preciso eliminar o lance eleitoreiro de jogar empregado contra empregadores, uns contra outros. O **acordado** pode prevalecer sobre o **legislado**.

Se o acordo não prevalecer, aplica-se o legislado. Trabalhadores e empregadores são as grandes forças produtivas nacionais. Deve-se somá-las, não dividi-las. Há uma realidade inafastável: quer-se combater o desemprego. Para tanto é preciso ter emprego, portanto, empregador. Não descuidar-se, jamais das boas condições de trabalho e salarial. Ainda agora, quando se discute a jornada de trabalho talvez se pudesse caminhar para a redução da jornada de 44 para 40 horas. Porém, gradativamente para que as empresas possam se adaptar. Solução conciliadora há de ser buscada.

Quinto: Também, a preocupação com a **higidez fiscal**. No particular, com a redução da dívida pública. É que por ela se pagam juros que vão embora sem benefício para o País. O **Teto** para a formulação do orçamento público é o caminho. Ele restringe, como restringiu, medidas populistas e eleitoreiras.

As chamadas bondades eleitorais só comprometem o Erário criando imensa dificuldade para quem venha a ser eleito, ou, até reeleito. O Brasil não merece passar por traumas fiscais.

Sexto: Vale ainda uma palavra sobre a **proteção do meio ambiente** que, também no dizer da C.F., é dever de todos. Mas infelizmente ideologizou-se o tema. Retirar dele a ideologia, realizando harmonia com a agricultura é dever de todos.

Ainda, também sobre a **previdência social**. Induvidosamente, em razão do aumento da longividade, ela se imporá necessariamente em breve tempo.

Sétimo: São muitos os temas a serem versados. Penso que, nesta introdução, paro por aqui. O mais será dito pelos especialistas que também assinam esta “Estrada para o Futuro.”

“ENERGIA PARA O BRASIL CRESCER

MAIS COMPETITIVIDADE, CONTAS MAIS BAIXAS, SEM ESQUECER DA SEGURANÇA ENERGÉTICA ESSÊNCIA DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO GOVERNO TEMER COM O MINISTRO MOREIRA FRANCO NAS MINAS E ENERGIA.”

Adriano Pires

O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais diversificadas e limpas do mundo. Dispomos de abundantes recursos hídricos, grandes reservas de petróleo e gás

natural, além do extraordinário potencial em fontes renováveis, como os biocombustíveis, a energia eólica e a solar.

Apesar de tamanha riqueza, famílias, empresas e produtores rurais convivem com custos elevados de energia, perda de competitividade e insegurança regulatória. O problema não está na escassez de recursos, mas nas decisões realizadas ao longo das últimas décadas. O acúmulo de subsídios, encargos, monopólios, burocracia e intervenções políticas criou um sistema caro, complexo e cada vez mais ineficiente.

O compromisso com o futuro exige a promoção de uma ampla modernização do setor energético brasileiro, tornando-o mais eficiente, competitivo e preparado para sustentar o crescimento econômico do país.

Podemos transformar a energia em uma ferramenta de desenvolvimento, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida da população.

1 - Energia elétrica mais barata para os brasileiros

A conta de luz pesa cada vez mais no orçamento das famílias, das empresas de pequeno e grande porte, da indústria e do agricultor. Muitos dos custos que hoje aparecem na tarifa não estão relacionados à produção de energia, mas a encargos, subsídios e distorções acumulados ao longo dos anos. Para se ter ideia, apenas 30% da conta de luz corresponde à geração de energia, sendo 36% custos de transmissão e distribuição e outros 33% são impostos e encargos setoriais. Dentro dos encargos setoriais, destaca-se a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), inicialmente criada para financiar políticas públicas, mas que o acúmulo de cifras custou R\$ 46,2 bilhões aos consumidores, em 2025.

Para enfrentar os desafios do setor, é necessário:

- ✓ Da simplificação da estrutura tarifária e a redução gradual dos encargos incidentes sobre a conta de luz;

- ✓ A revisão dos subsídios setoriais para garantir maior equilíbrio e justiça entre os consumidores.
- ✓ A modernização da operação do sistema elétrico para garantir a integração eficiente das diversas fontes de energia, conciliando a expansão das fontes renováveis, como a solar e a eólica, com a segurança do fornecimento e a confiabilidade do sistema;
- ✓ Hoje não existe sinal de preço, seja para geradores, sejam para consumidores criando desperdícios, ineficiências que acabam por penalizar mais os consumidores de menor renda.;
- ✓ O arcabouço regulatório do setor elétrico está defasado e foi intensamente recomendado e alterado para abrigar subsídios, ajustes de mercado, demandas regionais e políticas públicas, seja para desenvolver fontes renováveis ou manter ativos defasados mais importantes do ponto de vista estratégico, transformando o setor ingovernável do ponto de vista econômico, de segurança do abastecimento e razoabilidade estratégica.

A vantagem energética do país pode e deve se traduzir em modicidade tarifária e maior competitividade para a economia brasileira.

2 - Gás natural para impulsionar a economia

O Brasil produz grandes e crescentes volumes de gás natural, mas ainda não aproveita todo esse potencial. Parte significativa da produção é reinjetada por falta de infraestrutura adequada de escoamento, processamento e transporte. É essa limitação que reduz a oferta disponível ao mercado e contribui para que o gás natural brasileiro permaneça entre os mais caros do mundo para a indústria.

Viabilizar o uso do gás pode reduzir o custo da energia utilizada pela indústria, pelo agronegócio e por diversos setores produtivos. Para tanto é preciso:

- ✓ Ampliar os investimentos infraestrutura de escoamento, processamento e transporte de gás natural;
- ✓ Interiorizar o acesso ao gás natural;
- ✓ Estimular a concorrência no mercado – abertura do mercado e transparência nos preços;
- ✓ Ampliar a oferta de gás para a indústria nacional –
- ✓ Expandir o uso do gás natural como fonte complementar para a indústria, o agronegócio e novas atividades econômicas.
- ✓ Avaliar, com base em critérios técnicos, ambientais e científicos, novas oportunidades de exploração energética;

Um mercado de gás mais competitivo significa maior produtividade, mais investimentos e geração de empregos.

3- Petrobras com forte governança, eficiência e visão de longo prazo

A Petrobras é uma das maiores empresas de energia do mundo e possui papel fundamental para a segurança energética, o desenvolvimento econômico e a geração de riqueza do Brasil.

Contudo, ao longo das últimas décadas, a companhia sofreu com ciclos recorrentes de interferência política, mudanças frequentes de direção e utilização de sua estrutura para atender objetivos que muitas vezes não estavam alinhados à sua missão empresarial. Esse ambiente reduziu a capacidade de planejamento de longo prazo e contribuiu para aumentar a percepção de risco em relação à empresa.

A importância da companhia exige uma governança sólida, previsibilidade regulatória e decisões orientadas por critérios técnicos e empresariais. A Petrobras deve ser administrada com foco em eficiência, transparência e visão de longo prazo, para tanto, é preciso:

- ✓ Fortalecer os mecanismos de governança corporativa;
- ✓ Reduzir a interferência político-partidária na gestão empresarial - O uso da estatal como instrumento de controle de preços de combustíveis — em vez de seguir a paridade internacional — reduz sua capacidade de investimento, aumenta sua dívida e distorce o mercado.
- ✓ Assegurar transparência e previsibilidade na política de preços dos combustíveis;
- ✓ Concentrar esforços nas atividades estratégicas em que a empresa possui maior capacidade de geração de valor - O plano de negócios 2025–2029 aloca US\$ 111 bilhões em CAPEX, dos quais US\$ 33,7 bilhões vão para atividades fora do core da empresa (fertilizantes, energia limpa), comprometendo o foco estratégico.
- ✓ Criar condições para ampliar sua capacidade de investimento e competitividade – a melhor saída seria capitalizar a Petrobras como foi feito com a Eletrobras.

4- Modernização das regras do setor energético

O setor energético mudou profundamente nas últimas décadas, mas parte de sua estrutura regulatória permanece baseada em modelos concebidos para uma realidade que já não corresponde à atual. É preciso fortalecer a capacidade técnica das instituições responsáveis pelo planejamento e pela regulação do setor. Para tanto, é preciso promover:

- ✓ Fortalecimento das agências reguladoras, garantindo autonomia técnica, estabilidade institucional e capacidade de planejamento;
- ✓ Mais transparência e previsibilidade regulatória;
- ✓ Segurança jurídica para novos projetos.

- ✓ A simplificação de normas e procedimentos;
- ✓ Avaliar a fusão de ANEEL e ANP em uma Agência Nacional de Energia com visão integrada do sistema.
- ✓ Integrar o processo de licenciamento ambiental ao planejamento energético, com prazos previsíveis e critérios técnicos.

Um Brasil presente e preparado para o futuro:

O Brasil precisa voltar a pensar sua política energética com horizonte de longo prazo.

O planejamento do setor deve combinar segurança energética, competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e atração de investimentos.

Somos dotados de recursos naturais, capacidade empresarial e conhecimento técnico. O desafio é criar instituições e políticas capazes de transformar esse potencial em prosperidade para os brasileiros, energia acessível e desenvolvimento sustentável para as próximas gerações.

O Brasil pode liderar a transição energética global sem renunciar à segurança energética e da competitividade.

Não precisamos escolher entre crescimento econômico, segurança energética e sustentabilidade. É possível avançar nas três frentes ao mesmo tempo.

É possível termos um país com energia mais acessível para as famílias, mais competitiva para as empresas e capaz de sustentar um novo ciclo de desenvolvimento, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida para todos os brasileiros.

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO: UMA AGENDA PARA O FUTURO DO BRASIL.

Blairo Maggi

O Brasil não deve escolher entre produzir e preservar. Deve liderar o mundo justamente por ser capaz de fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Poucos países reúnem as condições que o Brasil possui para responder aos grandes desafios do século XXI. Somos uma potência agrícola, ambiental e energética. Temos capacidade de ampliar a produção de alimentos, fibras e energia renovável, preservar nossos recursos naturais e contribuir decisivamente para a segurança alimentar e energética de uma população mundial em crescimento.

Nas últimas décadas, a agricultura brasileira protagonizou uma das maiores transformações econômicas da história moderna. Graças à ciência, à tecnologia, ao empreendedorismo dos produtores rurais e à construção de instituições sólidas, o país deixou de ser importador de alimentos para se tornar um dos maiores fornecedores mundiais.

O desafio agora não é apenas produzir mais. É produzir mais valor, mais inovação, mais sustentabilidade e mais prosperidade para os brasileiros.

Em um mundo que se aproxima de 10 bilhões de habitantes, produzir alimentos deixará de ser apenas uma atividade econômica. Será uma responsabilidade estratégica das nações capazes de fazê-lo. O Brasil está entre elas.

O agronegócio deve ser compreendido como um projeto nacional de desenvolvimento, capaz de gerar riqueza, oportunidades, inclusão regional, estabilidade econômica e protagonismo internacional para o país.

Para alcançar esse objetivo, propõem-se as seguintes prioridades:

-SEGURANÇA JURÍDICA E ESTABILIDADE INSTITUCIONAL

Garantir estabilidade regulatória, respeito aos contratos, previsibilidade das regras ambientais e celeridade na regularização fundiária.

O Poder Judiciário deve buscar a consolidação de sua jurisprudência, evitando o vai e vem das decisões sobre temas já definidos. A previsibilidade das decisões judiciais é condição indispensável para a segurança jurídica, a atração de investimentos e o desenvolvimento econômico.

-INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O Brasil precisa superar a resistência histórica à participação do capital privado em obras e serviços de infraestrutura.

Não faltam recursos no mundo para investir no país; faltam regras claras, estabilidade regulatória e confiança no cumprimento dos contratos.

Cabe ao Estado planejar, regular e fiscalizar, por meio de agências técnicas e independentes. Cabe ao setor privado investir, operar e inovar.

A ampliação dos investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, energia e armazenagem é condição indispensável para reduzir o custo Brasil e aumentar a competitividade da produção nacional.

-CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Fortalecer e apoiar permanentemente a pesquisa agropecuária, a inovação tecnológica e a difusão do conhecimento no campo.

É fundamental ampliar os investimentos em pesquisa aplicada, biotecnologia, agricultura digital, inteligência artificial, melhoramento genético e adaptação às mudanças climáticas.

O maior patrimônio do agro brasileiro não está apenas em suas terras ou em seu clima. Está no conhecimento acumulado por pesquisadores, técnicos e produtores que aprenderam a produzir de forma eficiente nos trópicos.

-DEFESA AGROPECUÁRIA E ACESSO A MERCADOS

Modernizar e digitalizar os sistemas de defesa agropecuária, inspeção, certificação e controle sanitário, tornando-os mais ágeis, eficientes e integrados.

O Brasil deve investir continuamente em vigilância sanitária e fitossanitária, rastreabilidade, laboratórios e inteligência de risco.

No comércio internacional de alimentos, competitividade abre portas, mas sanidade é o que as mantém abertas.

-SEGURO RURAL E GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS

Construir um programa nacional robusto de seguro rural, capaz de oferecer proteção ao produtor diante dos crescentes riscos climáticos e garantir maior estabilidade à produção agropecuária.

-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Ampliar e diversificar as fontes de financiamento da agricultura brasileira, fortalecendo os instrumentos privados de crédito e a integração do setor com o mercado de capitais.

Criar um Fundo Garantidor das Operações Agropecuárias, capaz de compartilhar riscos, ampliar o acesso ao crédito, reduzir custos financeiros e estimular novos investimentos em toda a cadeia produtiva.

-ABERTURA DE MERCADOS

Transformar a abertura de mercados e a diplomacia comercial em política permanente de Estado.

O Brasil deve buscar novos mercados sem abandonar os já conquistados, fortalecendo sua presença global como fornecedor seguro e competitivo.

-SUSTENTABILIDADE COMO VANTAGEM COMPETITIVA

Valorizar e incentivar o produtor que preserva, promovendo a recuperação de áreas degradadas, sistemas integrados de produção e tecnologias de baixo carbono.

A sustentabilidade deve ser tratada como diferencial competitivo da produção brasileira e não como obstáculo ao desenvolvimento.

-BIOCOMBUSTÍVEIS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil possui condições únicas para liderar a transição energética mundial.

Os biocombustíveis podem se transformar em uma das grandes alavancas econômicas nacionais, gerando investimentos, empregos, renda e desenvolvimento regional.

A ampliação do uso de etanol, biodiesel, biogás, combustível sustentável de aviação e outras fontes renováveis permitirá mover máquinas, veículos e sistemas produtivos com combustíveis menos poluentes, reduzindo emissões e fortalecendo a segurança energética do país.

-RENOVAÇÃO GERACIONAL E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

Estimular a permanência e a atração de jovens para o agro, investindo em educação, qualificação profissional, empreendedorismo e acesso à tecnologia.

O futuro da agricultura brasileira dependerá da capacidade de formar novas gerações de produtores, pesquisadores, técnicos e líderes comprometidos com a inovação, a sustentabilidade e a competitividade.

-AGREGAÇÃO DE VALOR E INDUSTRIALIZAÇÃO

Estimular a industrialização da produção agropecuária brasileira, ampliando a transformação de matérias-primas em alimentos, biocombustíveis, bioinsumos, fibras, biomateriais e outros produtos de maior valor agregado.

O Brasil não deve se contentar em ser apenas um grande exportador de commodities. Deve buscar posição de liderança nas cadeias globais de alimentos, energia renovável, bioeconomia e produtos industrializados de origem agropecuária.

CONCLUSÃO

O século XX transformou o Brasil em uma potência agrícola. O desafio do século XXI é transformar essa potência agrícola em uma potência econômica, energética e ambiental.

Temos recursos naturais abundantes, conhecimento acumulado e empreendedores capazes de realizar essa transformação.

O que o país necessita é de instituições estáveis, visão de longo prazo e compromisso permanente com a competitividade, a sustentabilidade e a inovação.

O Brasil não deve escolher entre produzir e preservar. Deve liderar o mundo justamente por ser capaz de fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

“SEGURANÇA PÚBLICA

Propostas para um Novo Ciclo de Proteção da Sociedade Brasileira.”

Cel. José Vicente

Introdução

A segurança pública está conectada ao desenvolvimento econômico e à investimentos, à fruição da liberdade, à qualidade de vida e ao pleno exercício da cidadania.

O Brasil acumulou importantes avanços institucionais nas últimas décadas, mas continua enfrentando elevados índices de violência e a expansão de organizações criminosas que operam em escala nacional e transnacional.

É necessário construir nova arquitetura institucional para a segurança pública, capaz de integrar esforços federais, estaduais e municipais, fortalecer as polícias e enfrentar o crime organizado com inteligência e coordenação estratégica.

1. Criação do Ministério da Segurança Pública

A segurança pública deve possuir prioridade política compatível com sua importância nacional. Para isso, deverá assumir a prioridade necessária na agenda política para tornar-se uma política permanente de Estado.

Será criado o Ministério da Segurança Pública, responsável por:

- formular a Política Nacional de Segurança Pública;
- coordenar o Sistema Único de Segurança Pública;
- integrar União, estados e municípios no macro esforço de prevenção à violência;
- estabelecer metas nacionais de redução da violência;
- coordenar investimentos estratégicos em tecnologia, inteligência e formação profissional.
- promover avaliação permanente de resultados.

No MSP será implantado um sistema nacional integrado de inteligência e análise criminal que permitirá:

- compartilhamento seguro de informações;
- integração de bancos de dados;

- consolidar dados estatísticos confiáveis para fundamentar decisões estratégicas;
- análise preditiva de ameaças, principalmente com a macro integração de bancos de dados e utilização de inteligência artificial;
- apoio à tomada de decisões estratégicas;
- Estabelecer indicadores e definir metas e regime de avaliação de resultados de programas e ações.

2. Criação da Agência Nacional de Combate ao Crime Organizado

O crime organizado tornou-se a principal ameaça à segurança interna do país, além de violar a soberania das fronteiras e ampliar capacidade criminosa pelas articulações com estruturas criminosas internacionais.

A criação de uma Agência Nacional de Combate ao Crime Organizado, vinculada ao Ministério da Segurança Pública será fundamental para o esforço coordenado de repressão.

Suas atribuições incluirão:

- monitoramento permanente das organizações criminosas e suas lideranças;
- integração nacional de inteligência criminal com foco em análise financeira e patrimonial;
- coordenação estratégica de operações interagências;
- articulação com organismos internacionais, inclusive em questões financeiras;
- combate às economias ilícitas e à lavagem de dinheiro, inclusive pelo monitoramento de criptomoedas;

- controle de mercados utilizados pelo crime organizado;
- combate à infiltração criminosa em empresas e contratos públicos.

O sucesso da política nacional será medido não apenas pelo número de prisões, mas principalmente pela capacidade de enfraquecer as estruturas econômicas que sustentam as organizações criminosas.

A agência não deverá substituir as polícias existentes. Sua missão será coordenar, integrar e potencializar a ação do Estado e ela deverá constituir um Conselho Nacional de Enfrentamento ao Crime Organizado, integrado por representantes dos órgãos federais pertinentes e do Poder Judiciário, do Ministério Público, Abin e das secretarias estaduais de segurança. Esse Conselho ajudará na formulação de estratégias nacionais e acompanhará as ações e resultados.

3. Programa Nacional de Modernização e Capacitação das Polícias

As instituições policiais brasileiras deverão evoluir para um modelo de atuação baseado em conhecimento, tecnologia e evidências.

Os currículos das academias policiais e centros de formação incorporarão conteúdos de ciência do crime; criminologia ambiental; análise criminal; geoprocessamento aplicado à segurança; inteligência policial; investigação financeira; crimes cibernéticos; análise de redes sociais criminosas; prevenção situacional; gestão baseada em evidências; justiça procedimental; liderança e gestão de pessoas.

Será estimulada a criação de laboratórios de análise criminal e observatórios de segurança pública em todos os estados da federação e nas médias e grandes cidades.

A União apoiará financeiramente projetos inovadores que demonstrem impacto mensurável na redução da criminalidade, bem como apoiará programas de valorização profissional, investimentos em tecnologia e fortalecimento da integridade institucional.

4. Plano Nacional de Redução de Homicídios

Apesar dos avanços recentes, o Brasil ainda tem níveis preocupantes de violência letal, o que requer prioridade das ações de redução desse grave problema. Será estabelecida meta nacional de redução dos homicídios e da violência letal.

O plano será baseado em:

- protocolos de prevenção e repressão da letalidade violenta;
- focalização em grupos vulneráveis;
- foco nos grupos criminosos mais violentos e no controle de armas ilegais;
- articulação de medidas de prevenção e redução da impunidade nos crimes de feminicídio;
- articulação de medidas de redução da vitimização de policiais, inclusive de suicídios;
- capacitação da investigação de homicídios e das perícias técnicas;
- programa articulado com outras instituições de redução da violência no trânsito;
- monitoramento permanente de resultados.

5. Reforma do Sistema Penitenciário

Os presídios não podem continuar funcionando como depósito de presos em ambientes de superlotação que se tornam centros de formação de quadrilhas e de recrutamento do crime organizado.

As medidas incluem:

- ampliação do sistema penitenciário federal para gradualmente absorver 2,5% do total nacional de presos, preferencialmente membros de facções e criminosos violentos;
- fomentar programa nacional de ampliação de vagas no sistema prisional;
- capacitar gestores e policiais penais à gestão prisional;
- isolamento de lideranças criminosas, inclusive de comunicações ilícitas;
- utilização de ferramentas de inteligência artificial para auxiliar nas decisões judiciais de prisões provisórias que hoje sobrecarregam o sistema
- fomento da inteligência prisional em todo o sistema nacional;
- programas de reinserção social para condenados de menor risco.
- Programas de monitoramento e assistência a condenados cumprindo pena em liberdade

6. Programa Nacional de Proteção Integrada das Fronteiras

O controle das fronteiras brasileiras deve ser tratado como prioridade estratégica de segurança pública e segurança nacional.

Será implantado um Programa Nacional de Proteção Integrada das Fronteiras envolvendo: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Polícia Penal Federal, agências estaduais de segurança, Abin, Forças Armadas.

As Forças Armadas ampliarão sua participação dentro das competências estabelecidas pela Lei Complementar nº 97, especialmente em: patrulhamento de áreas de fronteira; ações preventivas e repressivas em faixa de fronteira; fiscalização de vias e rios fronteiriços; cooperação com agências policiais; apoio logístico, de inteligência e operacional; monitoramento aéreo e terrestre; operações integradas de inteligência.

Será acelerada a expansão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), incorporando sensores remotos; radares; drones; imagens de satélite; inteligência artificial; centros integrados de comando e controle.

O objetivo será reduzir drasticamente o ingresso de drogas, armas, munições, produtos contrabandeados e demais fluxos ilícitos que abastecem as organizações criminosas atuantes no território nacional, além de ameaçar a soberania nacional com a invasão de nossas fronteiras por grupos criminosos internacionais. O Ministério da Defesa incluirá em sua Estratégia Nacional de Defesa o planejamento integrado de segurança das fronteiras com previsão de Centros Integrados Regionais de Comando e Controle para o planejamento e operações nas áreas mais sensíveis da segurança das fronteiras.

7. Criar a Guarda Nacional

Deverá ser criada a Guarda Nacional em substituição à atual estrutura de Força Nacional de Segurança Pública para dar caráter de estrutura permanente de atendimento a interesses nacionais de segurança, ao invés do modelo atual constituído por policiais de formação bastante variada e de curto período de atividade. Estruturas que operam em contextos de crise necessitam de homogeneidade de treinamento e continuidade institucional. A estrutura da Guarda Nacional será híbrida com reforço de efetivos selecionados e cedidos por polícias estaduais e guardas municipais, por período não superior a cinco anos. A Guarda Nacional passaria a compor um novo órgão no artigo 144 da CF e absorveria a Polícia Rodoviária Federal.

8. Redução da impunidade

A acentuada percepção de insegurança da população está diretamente relacionada aos crimes de rua, principalmente roubos, e com a crescente onda de variados crimes, inclusive ligados a sistemas eletrônicos. Há duas ações a serem articuladas no âmbito do Ministério da Segurança Pública: fortalecer as capacidades das polícias estaduais na prevenção e repressão desses crimes e fomentar projetos de lei para reduzir

drasticamente a reiteração criminal, fenômeno que tem possibilitado a prática criminosa sucessiva pela rápida liberação de infratores para responder em liberdade por seus crimes. Em entendimento com o Congresso Nacional serão propostas novas leis que reduzam as brechas legais que reduzem o potencial dissuasório da legislação criminal.

9. Fortalecer a atuação dos municípios nas ações de prevenção à violência

As prefeituras detêm conhecimento privilegiado de seus territórios e desenvolvem políticas, aplicando recursos para gestão dos locais onde os crimes acontecem. Suas estruturas e recursos necessitam participar de esforço integrado com as polícias estaduais para promover melhores respostas de prevenção. O MSP fomentará essas parcerias estimulando a criação de observatórios da segurança nos municípios e variados tipos de planejamento integrado para fortalecer esse relacionamento e a qualidade dos processos de prevenção. Além disso deverá desenvolver modelagem para organização, capacitação e operação integrada das guardas municipais com as polícias.

10. Utilização dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública

Os recursos do Fundo serão aplicados para o reaparelhamento crítico das forças policiais, visando não apenas a dotação de materiais e tecnologias, mas também aperfeiçoar a gestão das políticas e programas da segurança pública. Para tanto esses recursos deverão promover:

- capacitação dos operadores da segurança pública em metodologia de gestão;
- desenvolver documentos de referência sobre fixação de efetivos, organização de unidades, elaboração de manuais e procedimentos operacionais padronizados;
- criar o sistema nacional de formação em gestão de segurança pública e serviços penais;

- criar sistemas otimizados de processos organizacionais com recursos tecnológicos;
- implementar ações dirigidas ao aprimoramento da qualidade do atendimento ao cidadão.

“ESTRADA PARA O FUTURO: MEDIDAS SOCIAIS”

Denis Lerrer Rosenfield

Estrada para o futuro significa trilhar novos caminhos, preservar conquistas e saber olhar com inovação novas medidas e iniciativas. O mundo, hoje, sofre profundas mutações, com novas tecnologias, uso cada vez mais intensivo da Inteligência Artificial em usos militares, civis e de segurança e, em um futuro próximo, com a introdução da computação quântica que irá alterar completamente o quadro vigente. E todas essas mudanças se fazem em nível global, com forte competição por recursos dos mais diferentes tipos e, sobretudo, de minerais a humanos.

Neste contexto, o Estado deverá repensar suas funções, assim como estabelecer novas relações com a sociedade, cada vez mais atuante e ciosa de suas prerrogativas e autonomia. O Brasil para galgar novos patamares sociais, vencendo seu histórico de mazelas, deverá voltar-se para uma educação de qualidade que abranja toda a população. Deverá tornar o país um conjunto de empreendedores voltados para a inovação e para decidirem sozinhos seus caminhos. O Estado brasileiro não deverá

mais contentar-se com uma função meramente assistencialista, embora necessária como passagem e transição para um novo estágio de desenvolvimento.

O Bolsa-família, tão alardeado partidariamente, tornou-se uma política de Estado, independente dos governos e partidos de plantão. Sua origem remonta ao governo Fernando Henrique Cardoso, com suas diferentes ajudas e bolsas sociais, ampliado e unificado pelos governos Lula e Dilma, ganhando a denominação que atualmente perdura. Foram conservados nos governos Temer e Bolsonaro, assim como nesse novo governo Lula. Há um consenso suprapartidário aqui envolvido. Todos concordam que os pobres e desfavorecidos devem ser objeto de medidas especiais.

Entretanto, não se deve confundir um instrumento, que deveria ser de passagem, com uma solução definitiva. Não se pode criar uma situação em que as pessoas venham a desconsiderar a possibilidade de trabalhar, satisfazendo-se com o pouco que ganham. Não deveriam tampouco se acomodar com parco atendimento de saúde e educacional. O grande perigo presente consiste em tornar essa população uma mera cliente do Estado sem uma séria contrapartida. O governo em turno, por sua vez, aproveita-se de tal política assistencialista para criar uma clientela cativa, ao estilo dos antigos coronéis, voltada para os seus interesses partidários e eleitorais, como tem frequentemente acontecido. O Bolsa-família não deveria ser um instrumento político, mas social, direcionado para a emancipação dessas pessoas.

Bolsa- família não é destino, mas lugar de transição para trilhar novos caminhos. O desafio do Estado consiste, precisamente, em criar outros instrumentos para que essas pessoas possam decidir por si mesmas o que fazer, qual escola escolher para os seus filhos, qual tratamento de saúde, que não precisa ser necessariamente público, qual melhor trabalho. E isso exige de antemão uma educação e formação competente. Não basta simplesmente ir à escola se essa

não for de qualidade, não assegurando, portanto, para essas pessoas um futuro digno.

Em um mundo de alto desenvolvimento científico e tecnológico, com mutações em curso e outras por vir, alterando completamente o quadro do Planeta, a aposta pelo

saber e pelo conhecimento é uma necessidade. O presente e o futuro exigirão excelentes departamentos universitários de pesquisa e acadêmicos em matemática, física, química, engenharia, computação, entre outros, produzindo não somente inovação, mas formando professores para os ensinos fundamental e médio. Nossas crianças e jovens deverão ser muito bem formados, sob pena de não avançarem no mercado de trabalho, para além do fato de que o Brasil estará assim condenado ao atraso, ficando em péssima posição no cenário internacional. E isso vale para todos e principalmente para os mais necessitados. Isto não é elitismo, mas verdadeira igualdade.

Conferir mais liberdade à sociedade é um imperativo, que não deveria ficar restrito a aceitar apenas o que lhe é oferecido como serviço público, frequentemente de má qualidade. Não adianta construir novos prédios escolares, com professores não devidamente qualificados e de baixa remuneração. Por que, por exemplo, o Estado não oferecer recursos para que famílias necessitadas escolham escolas privadas que considerem serem as melhores? Os recursos públicos seriam muito mais bem aproveitados, criando-se mecanismos de controle educacional dessas crianças e jovens. E o ganho de qualidade seria incomensurável.

De nada adianta tampouco criar novas universidades públicas, de baixa qualificação e dispendiosas, com mero afã político e eleitoral. O canudo universitário, outrora tão prezado, cada vez vale menos nesse novo mundo digital e de conhecimento. Muito mais econômico e proveitoso seria comprar vagas em universidades comunitárias e privadas, de qualidade reconhecida, que ofereceriam uma alternativa muito mais eficaz, sem maior dispêndio. A sociedade cresceria e o Estado reduziria seus gastos ineficientes, assegurando a passagem de pessoas meramente assistidas, para indivíduos aí sim no exercício de sua cidadania.

Urge trilhar o caminho para uma sociedade de empreendedores, capazes de exercer o seu direito de livre escolha. Se perguntarmos ao responsável de uma família o que almeja para si e para os seus, certamente responderá uma escola de sua opção, provavelmente privada por ser de melhor qualidade, um plano de saúde igualmente

privado e não as filas do SUS e um trabalho que lhe dê rendimentos adequados para o seu sustento e para o seu lazer. Ele certamente não dirá que quer mais Estado decidindo por sua vida e oferecendo-lhe pouco em retorno.

Os pagadores de impostos, falsamente ditos contribuintes pois não praticam atos voluntários, já não mais suportam o peso que sobre eles recaem. Pagam cada vez mais e menos recebem, salvo discursos grandiosos descolados da realidade. Menos impostos também significam mais recursos para as famílias e para as empresas produzirem mais postos de trabalho. Menos impostos significam mais espaço para a competição e a inovação, em um mundo no qual os que não seguirem esse caminho terão um protagonismo cada vez menor.

Uma sociedade cada vez mais asfixiada por impostos, taxas e contribuições dos mais diferentes tipos inova menos, produz menos empregos e torna-se cada vez mais assistida. Perde progressivamente o espírito empreendedor. Uma das nossas virtudes reside precisamente no empreendedorismo, na criação de novas formas de trabalho, que, muitas vezes, caem na dita economia informal. Informal porque os que assim fazem pagam menos impostos, não ficam reféns de uma legislação trabalhista que os limita, podendo decidir por si mesmos, empreendendo sem amarras. Isto significa oferecer melhores condições e orientação para novas empresas nas zonas rural e urbana, para pequenos empreendimentos, novas startups e, principalmente, para aplicação em conhecimento e inovação. Grandes empresas digitais e de computação, as maiores do mundo, nasceram em garagens.

E para que se consiga chegar a uma condição desse tipo é imperioso uma educação de qualidade do ensino fundamental ao universitário, passando pelo médio e técnico. É necessário reduzir a carga tributária e não a elevar como tem sido o caso. É necessário conferir à sociedade maior protagonismo e menor interferência estatal. É necessário que a sociedade desenvolva ainda mais o empreendedorismo, a inovação e o conhecimento.

“DIREITOS DAS MULHERES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS”

Flávia Piovesan

No processo de afirmação dos direitos humanos das mulheres, conquistas significativas foram alcançadas nas últimas três décadas, sobretudo em decorrência e sob a inspiração da Constituição Federal de 1988, que incorporou a maioria das reivindicações do movimento de mulheres, ao longo do processo constituinte, com ênfase na igualdade de gênero, na proibição da discriminação e no combate à violência contra as mulheres.

Contudo, o balanço retrospectivo e prospectivo do reconhecimento dos direitos das mulheres na experiência brasileira, aponta a três desafios estruturais e a três desafios emergentes.

Quanto aos desafios estruturais, há que se avançar no combate à discriminação contra as mulheres, em especial no mercado de trabalho, por meio da implementação de políticas públicas capazes de assegurar igualdade de remuneração entre homens e mulheres que exerçam a mesma função, com eficazes planos de ação contra as disparidades salariais, pautados pela transparência e rigorosa fiscalização. Outra importante medida atem-se ao fortalecimento de programas de apoio a mulheres chefes de família, mediante políticas de investimento e acesso a crédito, capazes de assegurar sua autonomia financeira.

Um segundo desafio estrutural atém-se ao fortalecimento de políticas de prevenção e combate ao feminicídio, protegendo o direito das mulheres a uma vida livre de violência. Neste sentido, fundamental é a implementação de Protocolos que incorporem a perspectiva de gênero e raça na investigação e julgamento de feminicídio. Sugere-se também a criação de banco unificado de dados acerca da violência contra a mulher, incluindo dados desagregados considerando raça, etnia, idade, dentre outros critérios. Essencial, ainda, é assegurar especial atenção às vítimas

do feminicídio, visando ao atendimento humanizado e integrado para mulheres em situação de violência doméstica, como a iniciativa da Casa da Mulher Brasileira.

Um terceiro desafio estrutural é o fortalecimento da proteção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com a garantia de acesso de mulheres e meninas ao aborto legal em hospitais públicos, por meio do acolhimento imediato, sem qualquer hostilidade e discriminação. Há que se ampliar qualificar a Política Nacional de Atenção à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde, com foco na redução da mortalidade materna e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos em todas as fases do ciclo de vida das mulheres.

Ao lado destes três desafios estruturais -- relativos ao combate à discriminação, ao combate à violência e à proteção aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres --, somam-se três desafios emergentes, compreendendo a paridade de gênero, a implementação da política de cuidados e o combate à violência virtual contra as mulheres.

No que se refere à paridade de gênero, há que se avançar na maior participação das mulheres, democratizando os espaços de poder, de modo a aprimorar as políticas de ações afirmativas no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, removendo os obstáculos à sua plena implementação.

Outro desafio emergente atém-se à efetivação da política nacional de cuidados, a fim de reduzir a desigualdade de gênero, considerando o impacto desproporcional do trabalho de cuidado em relação às mulheres, o que afeta o exercício de seus demais direitos.

Por fim, o terceiro desafio emergente aponta ao necessário combate à violência virtual contra as mulheres, com o enfrentamento do discurso de ódio *on line*, da discriminação algorítmica e da violência contra mulheres e meninas, por meio do uso das novas tecnologias digitais, como a internet e a inteligência artificial. Especial atenção há que ser conferida à prevenção da violência política em face das mulheres

(mediante o uso de *deep fakes* na esfera eleitoral) e ao combate ao crescente aliciamento de mulheres e meninas ao tráfico no ecossistema digital.

No Brasil, as mulheres constituem mais da metade da população do país (51,5%). Os países que menos discriminam as mulheres são justamente os que ostentam o maior índice de desenvolvimento humano. A igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas compõem um dos objetivos centrais da Agenda 2030 da ONU pelo Desenvolvimento Sustentável. O pleno reconhecimento dos direitos humanos das mulheres é condição essencial à consolidação do Estado Democrático de Direito. Não há desenvolvimento sustentável, democracia e direitos humanos, sem que as mulheres exerçam na plenitude seus direitos, com dignidade, igualdade, respeito e justiça.

Como afirma Amartya Sen: “nada é mais importante hoje à economia política do desenvolvimento que o adequado reconhecimento da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade”.

Flávia Piovesan, Professora Doutora da PUC-SP nos programas de Graduação e Pós-graduação em Direito, com estudos de pós doutoramento na Harvard University, University of Oxford e no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law.

“EDUCAÇÃO”

Gabriel Chalita

A educação é a política pública, por excelência, que melhora todas as outras políticas públicas e, conseqüentemente, a relação entre os cidadãos.

O Brasil é um país com fundamentos sólidos no tema da educação, se observados os princípios constitucionais e a legislação infraconstitucional. Em contrapartida, a prática está muito distante do que sonhou o legislador constituinte e tantos outros notáveis educadores que fundamentaram conquistas essenciais tanto na Constituição Federal de 1988 como em outros documentos de extrema importância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular, além de legislações específicas na área da inclusão como a Lei Brasileira de Inclusão, da valorização dos professores, do financiamento da educação, do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, sejam na esfera federal, estadual ou municipal, trazem princípios e normas que, se obedecidos, colocariam a educação do Brasil em outro patamar.

Dentre os tantos direitos e conceitos pedagógicos que perpassam esses documentos, chamamos a atenção para alguns que, se implementados e continuados, significariam um passo essencial para que uma educação de excelência não seja, apenas, utopia legislativa ou programa de agremiações partidárias e candidatos antes dos pleitos eleitorais.

Alguns pressupostos:

Primeiro pressuposto

A educação é política de estado e não de um governo. A educação é política que necessita de continuidade. Todas as interrupções em processos educacionais, se não estudadas, fundamentadas, decididas coletivamente, incorrem em prejuízos ao país.

Segundo pressuposto

A educação é política que requer unidade nacional. O governo federal precisa liderar os grandes temas que signifiquem uma educação de qualidade para todas e todos.

O Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação e outros Ministérios afins, juntamente com o CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de

Educação), e a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), precisa agir coletivamente para a implementação dos direitos já conquistados pela nação e positivados nas legislações pertinentes.

Terceiro pressuposto

A educação é política de parceria, não de segregação. A convivência de instituições públicas e privadas, harmoniosamente, melhora a qualidade da educação brasileira. Além do diálogo com federações, associações, sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, igrejas, comunidades organizadas, sociedade civil como um todo.

Quarto pressuposto

As construções de políticas públicas de educação precisam ser discutidas com a base. Há um enorme prejuízo quando mudanças nas esferas federal, estadual ou municipal vêm descasadas do diálogo com os que, nas salas de aula, fazem a educação acontecer.

Quinto pressuposto

É preciso unir o país no tema da educação. Se a educação é a política pública que melhora todas as outras, é de fundamental importância que a sociedade esteja envolvida em todas as frentes que signifiquem a melhoria da educação.

Alguns caminhos

Primeiro caminho

Um pacto nacional pela infância.

A educação infantil é a base inicial do desenvolvimento individual e social. A educação infantil é a garantia do fortalecimento nos inícios. Embora a gestão das escolas de Educação Infantil esteja sob responsabilidade dos municípios, é essencial um projeto nacional para que nenhuma criança esteja desassistida. E para que se

tenham parâmetros nacionais de qualidade nas escolas de Educação Infantil. Preferencialmente em tempo integral. Com espaços que possibilitem o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. O cuidado das infâncias exige políticas públicas de saúde e assistência social, inclusive, nos períodos de gestação.

Segundo caminho

Política nacional de alfabetização

Os efeitos da pandemia ainda são notados nas redes de ensino. A dificuldade de professores alfabetizadores, também. A alfabetização na idade certa, presente em tantos documentos, ainda está longe de se efetivar. A não alfabetização incorre em prejuízos imensos no desenvolvimento da vida escolar do aluno. O caminho está na formação de professores e, especificamente, nesse aspecto, de professores alfabetizadores. Um outro ponto da alfabetização são as políticas de Educação de Jovens e Adultos, ninguém pode ser deixado de lado.

Terceiro caminho

Tempo de permanência na escola

Embora os documentos educacionais há muito descrevam a necessidade de dar mais tempo de aprendizagem ao aluno, o passo para que o Brasil tenha as escolas em tempo integral ainda está distante. As melhores práticas comprovam que o melhor é construir as escolas de tempo integral, a partir da base. Primeiramente na educação infantil, depois, na primeira etapa do ensino fundamental, posteriormente na segunda etapa do ensino fundamental e, por fim, no ensino médio. Planos nacionais de educação previram, mas não viram concretizar esse caminho. Uma década, sem interrupções, colocaria as crianças em outros patamares de aprendizagem. Há um risco de ampliação de evasão e de não-adaptação ao colocar alunos no ensino médio, em tempo integral, sem o hábito anterior em escolas de tempo integral.

Há que se lembrar que alunos com condições financeiras que garantam outras aprendizagens, mesmo quando não estão em escolas de tempo integral, estudam um

tempo muito mais significativo do que alunos que não têm essas mesmas condições. Esses alunos se matriculam, por exemplo, em cursos de idiomas, em atividades culturais, esportivas, tecnológicas, entre outras.

Quarto caminho

Programa nacional de valorização dos professores

O professor é a alma da educação. Inclusive em tempos de alta tecnologia e de inteligência artificial. O aluno precisa de uma experiência humana para o desenvolvimento de suas potencialidades, e o professor é sujeito imprescindível nessa construção. A valorização dos professores passa por questões de formação continuada, de fortalecimento da importância de seu ofício e de remuneração digna. É papel do governo federal a construção desse diálogo com estados e municípios.

Dentro do ambiente educacional, é preciso valorizar, também, o diretor, líder do processo relacional entre os sujeitos que convivem na escola e fora dela. A formação continuada do diretor e a valorização de caminhos corretos para sua escolha são essenciais para o bom funcionamento das unidades escolares.

Quinto caminho

Escola e família

É preciso uma política que aproxime a escola da família. Esse diálogo é fundamental para que as aprendizagens ultrapassem os muros das escolas. A família precisa educar e ser educada. O tempo todo. Os espaços escolares devem ser espaços de luz que fortaleçam toda a comunidade do seu entorno. Escola de pais, políticas de abertura das escolas aos finais de semana, construção de saberes em que filhos e pais participem, conjuntamente, são caminhos para essa parceria essencial.

Educar a família é um dos caminhos para a proteção das infâncias. Um dos temas mais dolorosos na vida de uma pessoa é a violência nas infâncias, inclusive, a sexual.

Mostram as estatísticas que a quase totalidade acontece dentro de casa. É preciso reescrever esse capítulo incorreto de tantas vidas.

Sexto caminho

Currículo vivo

Todas as etapas da educação precisam ser construídas com base em ciência e em humanidades. Os currículos da educação infantil aos universitários precisam significar uma mudança de cultura nos saberes e nos fazeres humanos.

Ainda há o mito da compartimentalização do conhecimento. As matérias se encerram nelas mesmas, o que é um erro. Já há muito que se estuda a estratégia de “solução de problemas”, de “projetos coletivos de intervenção na comunidade”, entre outros.

Há que se aproveitar a longa experiência da educação profissional no Brasil e trazer esse diálogo para a educação propedêutica. O ensino médio integrado ao técnico é um dos caminhos eficazes para a não-evasão e para uma aprendizagem que seja significativa ao aluno. A educação propedêutica abstrata dificilmente encontra eco nos adolescentes dos nossos tempos. É preciso entender por que e para que se aprende. Repensando forma e conteúdo. A educação precisa ser envolvente e os temas permearem o que há de mais essencial no existir humano, como o cuidado com o meio ambiente, o cuidado na relação entre as pessoas e o cuidado na construção de um mundo que pode ser competitivo mas que nunca pode deixar de ser cooperativo.

Os currículos universitários também precisam ser repensados. A preparação para a mudança é fundamental em tempos de desaparecimento e surgimento de profissões. O excesso de especificidades em algumas áreas do conhecimento impede uma visão mais ampla do conhecer e do conviver. As lições de empreendedorismo, de conhecimentos financeiros, de domínio das novas tecnologias e de compartilhamento ético de responsabilidades é papel, também, da escola e das universidades.

Sétimo caminho

Uma educação para todos

A educação inclusiva é um benefício para os que têm e os que não têm deficiência. A educação se dá na heterogeneidade e jamais na homogeneidade. É de floresta e não de monocultura que se compõe a vida.

As políticas de inclusão precisam de formação continuada e de apoio às famílias, além de um pacto de diálogo entre educação, saúde e assistência social para não deixar ninguém para trás. E para não iludir os que se encontram em situação de vulnerabilidade com soluções não científicas para o tema da inclusão e outros afins. O tema da educação para todos também inclui a ampliação do acesso às escolas e às universidades. Em escolas públicas e em parcerias com organizações, federações, empresas privadas, entre outros, para garantir acesso e permanência a uma educação de qualidade para todos.

Oitavo caminho

Uma universidade cidadã

O Brasil vem ampliando o acesso à educação universitária. Mas o tema da qualidade ainda vem sendo tratado de forma incipiente. Políticas de avaliação precisam ser construídas com cuidado para não ranquear, indevidamente, instituições de ensino. Avaliação é diagnóstico. E como tal precisa de continuidade, inclusive, para acompanhar as melhorias ou as piores das políticas às quais se referem.

Há temas que já empolgam universidades internacionais e que ainda são insuficientes no Brasil. Como o da responsabilidade social. Embora as universidades precisem trabalhar o tripé - Ensino, Pesquisa e Extensão, o tema da Extensão como melhoria do entorno da universidade e do país como um todo é quase nunca desenvolvido. Há exceções notáveis, principalmente nas áreas da saúde. É preciso, entretanto, ampliar esse fazer. O conceito de universidade cidadã é o que faz com que seus alunos se formem para a vida, para o exercício da cidadania e para o mercado de

trabalho, como preconiza o artigo 205 da CF de 1988. Artigo que, aliás, deve inspirar todas as etapas do processo de aprendizagem.

Nono caminho

A experiência educacional como experiência humana

Há um princípio que deve orientar o fazer pedagógico, o princípio da singularidade. Os seres humanos são diferentes e precisam ser educados nessas diferenças. Uma escola que não orienta ao respeito está desorientada. E essa orientação à convivência nas diferenças conta com uma ampla legislação que a favoreça. As práticas antirracistas, a não tolerância a nenhuma forma de preconceito, de discriminação, a valorização da cultura dos povos originários. O combate ao bullying e ao cyberbullying. A implementação de cultura de paz em todas as unidades de ensino. São práticas que precisam de uma liderança nacional para sua concretização. E podem empolgar pesquisas com financiamentos que encorajem a produzir ciência nas temáticas da valorização das tantas culturas que fizeram e fazem a cultura brasileira. E de temas de extrema relevância como as chagas que ainda carregamos por todas as violências contra as minorias.

Décimo caminho

A arte e o esporte como parceiros imprescindíveis do educar

Dos espaços físicos à valorização curricular, artes e esportes precisam ser incorporados ao educar nas escolas e fora delas.

A arte é construtora da identidade. E o esporte é um fazer coletivo das aprendizagens de vitórias e de derrotas, de emoções que se sentem e com que se aprendem a conviver. O esporte escolar é mais cooperação do que competição. Assim, também, a arte.

A arte e o esporte envolvem os alunos no fazer. No criar. No vencer obstáculos.

A criatividade é, muitas vezes, tolhida. Desde as infâncias. Desde o brincar.

Na arte, as atividades de leitura. De políticas de valorização do livro. De teatro. De cinema. De formação de plateias. De construção de professores / alunos / pais leitores e frequentadores de teatros, de museus e de outros espaços culturais.

As habilidades de oratória, de resolução coletiva de problemas, de pesquisas encontram em atividades como o teatro um grande parceiro.

A música é uma expressão de sensibilidade e de compreensão de tempo / espaço, de lógica e da matemática da existência.

O saber é integrado. E as inteligências são múltiplas. É no diálogo com as tantas áreas de saber, da ciência, da filosofia, das artes que se forma uma pessoa, um cidadão.

Breve conclusão

Os pressupostos e os caminhos aqui elencados vão todos na direção de um único conceito. A educação é um fazer coletivo, continuado, responsável pela formação de uma nova geração, de um novo país. Nenhum país venceu as desigualdades sociais, as injustiças, a violência, a desinformação, os preconceitos sem um investimento responsável em educação. Nenhum país construiu uma cultura de paz sem passar pela educação.

É o que sonhamos. É o que merecemos. É o que podemos construir.

“ESTRADA PARA O FUTURO: AÇÕES NO CAMPO TRABALHISTA”

José Pastore

Os desafios na área trabalhista são imensos. O mais urgente é reduzir a informalidade que deixa sem proteções os trabalhadores e a Previdência Social. Igualmente importante é gerar empregos de boa qualidade. Finalmente, é crucial mater a filosofia da reforma trabalhista que assegurava flexibilidade com proteção.

A. A informalidade moderna: trabalho em plataformas digitais

Uma das modalidades de alta informalidade é a dos trabalhadores autônomos e/ou utilizadores de plataformas de aplicativos. Para tanto sugere-se um sistema semelhante ao existente na Alemanha. Ilustro com a contratação de um ator de teatro que é sempre um freelancer (autônomo):

1. Para ser contratado para uma temporada de 1 ano num teatro, ele deve demonstrar que está vinculado a um sistema de previdência público ou privado. Há uma lei que obriga todos a se filiarem e contribuírem.
2. Uma vez assinado o contrato, a contribuição previdenciária é dividida em três partes: o ator paga 50% da mesma; o teatro paga 25%; e o governo paga 25%. Se a contribuição for de 20%, o ator paga 10%; o teatro e o governo pagam 5% cada um.
3. Terminado o contrato, se o ator ficar sem trabalho, ele pode escolher entre pagar os 20% sozinho, ou pagar uma parte disso. Nesse caso, o seu benefício futuro será reduzido, pois o sistema é de capitalização.
4. Mas, no momento em que consegue outro contrato, ele pode pagar o que deixou de contribuir quando esteve sem trabalho e, dessa forma, recompõe o benefício futuro. Como as carreiras profissionais são longas, isso é perfeitamente viável.
5. No caso de haver relacionamento direto entre o trabalhador (ex. entregador de pizza) e o consumidor, o tripartismo na contribuição deverá incluir o entregador, o restaurante e o consumidor (cuja contribuição pode entrar no preço da pizza e recolhida pelo restaurante).
6. Dessa forma, de modo simples e pouco oneroso, protege-se o ator e o Estado. Essa proposta deve fazer parte da nova reforma da Previdência Social.

B. Aperfeiçoamento do MEI (Microempreendedor Individual)

1. Para os casos em que os informais trabalham para si mesmos, o MEI é uma solução bastante prática. Mas, é preciso ser aperfeiçoado pois o nível de inadimplência é muito alto e a alíquota é muito baixa. Para resolver esses problemas:
2. A alíquota mensal deve aumentar de forma progressiva e proporcional à renda do profissional.
3. Para que a inadimplência seja apenas passageira, é importante instituir um sistema de capitalização no INSS para atender os MEIs.
4. Isso permite que, ao longo da carreira, os MEIs paguem contribuições atrasadas e recomponham o seu benefício como no sistema acima indicado (sugestão do ator na Alemanha).

C. O primeiro emprego dos jovens

Os jovens amargam uma taxa de desemprego muito alta. Duas são as dificuldades para empregá-los: (a) falta de experiência e (b) altos encargos sociais (os mesmos que são recolhidos por um trabalhador experiente). Para quebrar esse círculo vicioso, sugere-se

1. Aprovação de uma modalidade de “contrato de formação”, para o qual há uma redução do IR na contratação de jovens colocados em uma atividade de treinamento realizado pelo empregador.
2. Esse contrato teria valor por tempo limitado, talvez, 2-3 anos apenas
3. O Brasil já teve uma lei (Lei 6.297/1975) que permitia às empresas deduzirem do seu lucro tributável (para fins de Imposto de Renda) o dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional de seus empregados. Foi revogada porque o controle era difícil. Mas, hoje seria fácil com a ajuda das tecnologias digitais.

D. Melhoria da produtividade

Esta é uma medida de enorme importância que é sempre demorada. Para acelerar a sua adoção, estímulos bem direcionados são necessários como, por exemplo,

1. Volta de investimentos públicos na infraestrutura que tem impacto na produtividade do trabalho (energia, comunicações, transportes, etc.)
 2. Intensificação do ensino profissional para jovens e adultos por meio das escolas do Sistema S e as da rede pública
 3. Capacitação dos empreendedores individuais e pequenos empresários de forma contínua e mediante estímulos específicos: acesso a crédito com juros reduzidos, redução de encargos sociais na contratação de trabalhadores que necessitam qualificação.
 4. Criar e multiplicar cursos de e treinamento e requalificação para acompanhamento das novas tecnologias
 5. Papa Leão 14 na Encíclica sobre IA: o avanço tecnológico venha acompanhado de requalificação profissional e proteção social, em vez de exclusão econômica. Magnifica Humanitas.
- E. Fortalecer a concorrência entre as empresas e incorporar tecnologia

Quanto mais entrosas com as cadeias globais de valor, melhor para fortalecer a concorrência e a eficiência das empresas com a incorporação das tecnologias

1. Expor as pequenas empresas às suas similares de países em que as mesmas apresentam alto nível de inovação e competitividade. Isso pode ser feito via intercambio e contatos diretos entre os empresários
2. Dispor de linhas de crédito específicas (a juros módicos) para a compra a incorporação de novas tecnologias

F. Análise custo/benefício de projetos de lei na área trabalhista

Toda política pública na área trabalhista deve ser previamente testada para evitar a propagação de propostas populistas que prejudicam o trabalho e os trabalhadores.

1. Inspirar-se no Congressional Business Office (CBO) dos Estados Unidos que faz a análise dos impactos econômicos e sociais dos projetos de lei em geral, em especial, os da área do trabalho

G. Combater o ativismo da Justiça do Trabalho

Interpretações voluntaristas das leis existentes levam muitos juízes a gerar custos e despesas desnecessárias aos empregadores. A participação dos representantes dos empregadores e empregados na formulação de súmulas, enunciados e orientações jurisprudenciais é essencial, como previsto na reforma trabalhista

1. Essa participação encontrou resistência do TST e STF, mas precisa ser reconsiderada.
2. Isso é essencial para evitar a aprovação de regras inexecutáveis

H. Simplificação das NRs

As Normas Regulamentadoras são muito importantes para proteger a saúde dos trabalhadores e afastá-los de riscos de acidentes. Mas, elas precisam ser permanentemente atualizadas.

1. Utilizar uma análise técnica prévia para rever as NRs
2. Eliminar as NRs ultrapassadas e reescrever as que geram insegurança jurídica (são muitas)
3. Em seguida, submeter essa análise à avaliação da Comissão Tripartite Paritaria Permanente

I. Flexibilidade com proteção

A reforma trabalhista trouxe um sistema engenhoso – flexibilidade com proteção. Ou seja, para quem quiser negociar, o art. 611-A da Lei 13.467/2017 dá liberdade para ajustar o melhor sistema de contratação à critério das partes que se dispõem a negociar. Mas, se não quiserem negociar, o mesmo artigo assegura a prevalência da CLT com todas as proteções.

1. Infelizmente, muitos juízes anulam a negociação realizada de boa fé.
 2. As regras do Poder Judiciário precisam ser reforçadas de modo a impedir esse tipo de afronta à soberania das partes e da lei
 3. Depende de medidas no campo jurídico que fogem da minha competência.
- J. Revisão dos sistemas de cotas de portadores de deficiência

O atual sistema pode ser aperfeiçoado no sentido de desobrigar a contratação de PCDs que não se ajustam às atividades, ex., segurança, saúde, etc.

1. Aprovar um sistema segundo o qual as empresas que têm impedimentos para contratar PCDs, contribuam para um fundo para treinamento de PCDs
2. Aprovar um sistema de “cotas terceirizadas” de modo a partir que grandes empresas que pertencem a cadeias produtivas possam contratar cotas maiores para compensar as pequenas que não têm condição de contratar

K. Redução das despesas de contratação (encargos sociais)

Esse é o problema mais delicado porque as causas do alto custo de contratação estão nos altos encargos sociais que, por sua vez, foram incorporados pela CF de 1988.

Esse assunto requer uma PEC em que se abre a possibilidade dos trabalhadores fazerem trocas de certos encargos por outros benefícios. Mas, isso tem de excluir os

que se referem às políticas públicas que exigem contribuição obrigatória (INSS, Seguro Acidentes e outras).

Por ser extremamente sensível do ponto de vista político, sugiro não tocar nesse assunto por ora.

José Vicente

O racismo e a discriminação que serviram como substrato ao tráfico e escravização, e a abolição da escravatura, traçada em dois artigos de lei, sem reparação, indenização e políticas públicas inclusivas e igualizadoras e sem estratégia e ação de diluição de uma crença social que naturalizou o sentimento de inferiorização e desumanização reservado ao negro escravizado, não somente manteve uma condição análoga à escravidão, como também, manteve o negro apartado, separado e desigual, na sociedade brasileira.

Corroborar essa constatação a decisão histórica a ONU, onde 142 países aprovou o tráfico e a escravização de negros como maior crime contra a humanidade da história, a manifestação do Santo Papa Leão XIV, pedindo desculpas ao mundo pelo envolvimento e pela demora da Igreja Católica em condenar a escravidão dos negros, e a decisão do Supremo Tribunal Federal, na Ação de Descumprimento de Preceito Constitucional 973/2025, sob a relatoria magistral do Ministro Luiz Fux, que reconheceu, à unanimidade, a existência e a prevalência do racismo estrutural e seus impactos na exclusão, cerceamento e desigualização no acesso aos direitos, oportunidades e competição justa ao negro brasileiro.

A persistência desse quadro, na atualidade, compromete indelevelmente a coerência, a estabilidade, a viabilidade dos objetivos, dos propósitos e mesmo a existência da nação enquanto um estado democrático de direito. Da mesma forma, abala a racionalidade do sistema produtivo, quando restringe o acesso equânime às oportunidades, limita a justa distribuição de renda, fragiliza a mobilidade social, exclui

o aproveitamento de todos os talentos humanos e limita a conformação de um mercado de consumo interno robusto, diversificado e dinâmico.

A questão racial, assim, se questões inexpugnáveis eloquentes fatores de distorção, polarização e conflituosidade social, limitando e impedindo a construção de legítima, efetiva e definitiva coesão, solidariedade, justiça, progresso, desenvolvimento e paz social. Sob essa perspectiva uma Estrada que possa nos conduzir em direção a um futuro e um porto seguro inspirador e transformativo frente a esse estado inconstitucional das coisas, precisa necessariamente contemplar questões inexpugnáveis e de fundo.

A primeira e incondicionada é a reconfiguração da estética nacional como manifestação de identidade, pertencimento e representação fiel do povo brasileiro. Nossa diversidade estética precisa ser compreendida e tratada como um valor social relevante e estratégico para promover o fortalecimento da integração, participação, coesão e solidariedade social, indispensáveis para fortalecimento do sentimento de unidade, união, pertencimento social e do orgulho nacional. Como um país de miscigenados constituído por maioria de negros é imprescindível que a estética nacional inclua e contemple integralmente essa realidade em todas suas expressões e linguagens, principalmente na publicidade, comunicação televisiva, radiodifusão e nas produções cinematográficas, teatrais, literárias, artísticas e culturais.

A Segunda ação a pavimentar esse caminho é a construção de um sentimento de confiança e, conseqüentemente, de consideração e respeito ao cidadão e consumidor negro. Repositório direto dos impactos do racismo, o imaginário social, o espaço público, os ambientes de consumo, de prestação de serviços públicos e privados e o mercado de trabalho, historicamente tem estigmatizado o cidadão, o consumidor e o profissional negro como objeto de suspeição e dubiedade, seja pela hipotética e pseudo periculosidade atávica, limitação capacitante intelectual originária, seja pelo desvalor e inadequação estética decorrente da sua cor ou raça.

Torna-se imprescindível, dessa maneira, um esforço intenso e profundo para modificar esse estado indesejado e injustificado de coisas para garantir um trânsito social sem limitadores e cerceamentos dessa natureza. Sem subjugação discriminatória e limitação de direitos. Cor e raça não podem continuar ser o fundamento da desigualdade social, da relativização do atendimento e tratamento individual, do fornecimento de bens produtos e serviços, avaliação do mérito corporativo e nem elemento decisivo para abordagens e ação policial. Nenhuma decisão em processos administrativos e judiciais, sob pena, de continuar a dividir os brasileiros em cidadãos de primeira e segunda classe, pode negar tratamento justo e igualitário devido, sem incidir em grave cisão social e econômica.

A Terceira ação indispensável e exigível é o reconhecimento e a operação da diversidade racial como manifestação concreta da expressão democrática e da participação e interação efetiva social. Da mesma forma, como vetor incontestável de promoção de inclusão, equilíbrio, integração e participação objetiva na vivência social e institucional, e, como garantia da formulação, construção e operação das estratégias, prioridades e decisões dos destinos da nação. As diversas visões de mundo, as trajetórias e historicidade próprias, as experiências dos pertencimentos são componentes valiosos no processamento e cristalização de um espírito do povo, além de garantidor da presença, da representação e da participação igualitária, legítima, racional e justa de todos os brasileiros no concerto da nação.

Disso decorre a inderrogabilidade de construir ou ampliar ações e medidas assertivas para integrar, assegurar e garantir presença equitativa da diversidade racial, de forma paritária, sobretudo, nos espaços mais sensíveis da estrutura da organização social e política. Logo, os negros devem apresentar-se proporcionalmente entre os juízes, desembargadores e ministros dos tribunais, promotores e procuradores, entre vereadores, deputados estaduais, federais, senadores, prefeitos, governadores e embaixadores. Entre os empresários, a alta burocracia pública e oficiais das polícias, exército, marinha e aeronáutica.

Entre os professores, pesquisadores, coordenadores e dirigentes das escolas, colégios e universidades públicas e privadas do país.

Uma quarta medida indispensável é garantia da disputa justa e acesso e desenvolvimento de carreira justa nas empresas públicas e privadas do país. Num país de miscigenados não pode ser razoável que homens e mulheres negras não se encontrem entre os proprietários, integrantes do quadro de conselhos, dirigentes, executivos e dos cargos gerenciais das empresas públicas e privadas do país. O trabalho como direito social e existencial fundamental precisa estar disponível a todos sem preconceito de raça e as oportunidades precisam estar disponibilizadas para todos que preencham os requisitos técnicos e funcionais. Não pode ser justificado no ambiente corporativo a não presença equilibrada de todos os trabalhadores e nem processos de seleção que contemplem vieses ostensivo ou involuntários que limitem ou excluam seus aspirantes. Menos ainda, remuneração que distingue e qualifica em decorrência de aspectos de cor ou raça

E, por fim, a indispensabilidade de adequar a educação como fonte criadora e fomentadora de um novo imaginário, de uma nova ordem de inclusão, pertencimento e pluralidade. Como muito bem descreveu Nelson Mandela, ninguém nasce racista, as pessoas aprendem a ser racistas. O Lugar de aprendizado e ensinamento, qualificação e requalificação de conhecimento público e privados precisam ser o lócus de promoção da diversidade e pluralidade racial a partir da presença e fortalecimento de professores e gestores negros na sala de aula equitativamente. Deve também, garantir a ampliação de livros didáticos apropriados e um currículo escolar que valorize e prestigie a pluralidade e diversidade racial do nosso país. No Ensino fundamental, médio e técnico é de relevância política de benefícios que combatam a repetência, a distorção idade série, a evasão e o abandono escolar que alcançam de forma avassaladora as crianças e jovens negros.

No Ensino superior é exigível o fortalecimento dos mecanismos de acesso e permanência dos jovens negros nos bancos escolares, principalmente, nos cursos de

maior prestígio, mas, também e necessariamente entre os integrantes do corpo docente, pesquisadores e gestores das universidades públicas e privadas.

Da mesma maneira torna-se imperativo construir mecanismos de produção de conhecimento integrativo dos jovens e profissionais negros no ambiente da tecnologia e inteligência artificial, espaços de imersão dessas agendas nos espaços públicos e privados, bem como, estímulos a carreira docente e desenvolvimento e aperfeiçoamento em mestrados e doutorados e vivência internacional.

Assim, o enfrentamento e a mitigação do racismo e das suas distorções geradoras de violências e desigualdades, e a construção de mecanismos de inclusão e valorização da diversidade racial deixa de se circunscrever no plano das intenções éticas programáticas para decisivamente firmar-se além de valor moral insuperável, como prodigioso vetor estratégico de mudança, transformação e construção de riquezas, promoção do progresso e justiça social e estratégia privilegiada de duradouro desenvolvimento nacional.

A nova atitude de consciência e transformação da sociedade civil, do governo e do Estado brasileiro enfeixado na constituição cidadã, ainda que tardio e limitado diante do desafio configurado, são as manifestações límpidas do acerto dessas ações e medidas, e sobretudo, da capacidade de todos os atores sociais do nosso tempo, de construir os consensos políticos e viabilizar as políticas públicas e as tecnologias necessárias para responder adequadamente ao desafio estabelecido.

As ações afirmativas e as cotas nas universidades, nos concursos públicos, nos conselhos de administração, nos estágios e nos cargos comissionados do governo federal. Ações afirmativas e cotas nos governos estadual e municipal, nas candidaturas políticas e nos cartórios, a criação do Procon Racial para combate aos crimes raciais nas relações de consumo são expressões esclarecedoras desse progresso.

Da mesma maneira são disruptivas as ações afirmativas desenvolvidas pela sociedade civil como a Câmara de Mediação Racial nas Relações de Consumo e a oferta de

letramento racial para empresas e instituições. Assim são também, aquelas desenvolvidas voluntariamente pelas centenas de empresas privadas pela equidade que se reúnem e integram a Iniciativa Empresarial Pela Igualdade Racial e o Mover, como a construção de censos raciais, política de metas de contratações e de desenvolvimento de carreira para profissionais negros, programas de trainee e estágios voltados para esse público. Substanciais, por seu turno, são as compras corporativas que prestigiam produtos e serviços de empresas de propriedade de negros, e, as cláusulas contratuais antirracistas com a cadeia de fornecedores. Tudo isso são expressões alvissareiras do esforço da sociedade na construção de novos caminhos em direção ao futuro.

Ao final, a transformação do líder quilombola Zumbi dos Palmares de vilão a herói nacional e a designação da data de sua morte como feriado nacional. Os navios da Petrobras e as dezenas de escolas da cidade de São Paulo carregando o nome de valorosas personalidades negras. A presença de dezenas de jornalistas, articulistas e profissionais negros, e a presença do negro nas matérias de capa do Jornal Folha de São Paulo, o maior do país. A apresentação dos negros em papéis de destaque e como protagonistas nas novelas e séries, na apresentação dos programas jornalísticos em horário nobre da Rede Globo de Televisão, a maior da América do Sul, são a demonstração acabada da potência da diversidade e da possibilidade da mudança rumo ao país democrático, plural, igualitário e diverso que sempre foi exigível.

O futuro do país que queremos está pronto para ser construído, e a estrada que nos conduzirá a ele está semi-pavimentada. Falta agora definir a direção definitiva e o legado sincero que escolherá e implementará a nossa geração.

“ESTRADA PARA O FUTURO – VIA CULTURA”

Júlio Medaglia

Qualquer projeto que se idealize para implantar a prática de uma vida cultural saudável, rica de componentes, deve ter duas vias: uma voltada para benefícios imediatos e futuros e a outra para o respeito e cultivo do passado.

Quanto às informações a serem transferidas às próximas gerações, o banco escolar é o mais prático instrumento para viabilizá-las através de bons e abrangentes currículos de ensino - aqui entram os ministérios competentes. Quanto ao respeito e ao cultivo dos valores tradicionais, é preciso que tenhamos não apenas um ensino que os compreenda adequadamente e os repasse adiante, mas também instituições especializadas na preservação de nossa memória cultural.

A função de um governo que queira realizar esses dois projetos com dignidade nunca deve ser a de ideologizar o ensino ou apontar soluções estéticas ou culturais “ideais” a serem seguidas por estudantes, população ou pelos profissionais da cultura. Sua função deve ser oferecer aos jovens recursos intelectuais para que eles encontrem seus próprios caminhos de acordo com suas realidades e opções profissionais. Quando o estado interfere na orientação dessas escolhas, a história tem mostrado resultados catastróficos. Vimos o que ocorreu no início do século passado. A Europa se esbaldava nos delírios da Belle Époque quando surgiram, na Rússia, alguns dos mais importantes e corajosos movimentos culturais transformadores da época: Stravinsky, o maior músico do século, Diaghilev, o mais criativo produtor de espetáculos culturais, Malevich o pintor e os irmãos Gabo e Pevsner escultores, responsáveis pelas primeiras manifestações de artes plásticas abstratas; Eisenstein e Vertov que faziam um cinema de vanguarda, não teatral como linguagem; além do revolucionário poeta Maiakóvski.

Quando Stalin encomendou a seu colaborador Andrei Jdanov um projeto cultural denominado de *Realismo Socialista* para a

pintura, arquitetura, design, escultura, música, cinema, teatro, etc (*uma arte para o povo!*...), acabou por completo com a criatividade artística nos países do bloco socialista. Surgiu então uma “cultura” politicamente apelativa que não ultrapassou aquelas fronteiras.

Lembro-me desse fato para dizer que, nos dias atuais, existe um outro inimigo ainda mais poderoso e devastador no sentido de extinguir uma movimentação cultural inteligente: a chamada indústria cultural. Até mesmo o grande músico popular Eric Clapton, o maior guitarrista depois de Jimmy Hendrix, chegou a declarar que, após a fase áurea do rock, nos anos de 1960, *as engrenagens da indústria cultural moldaram um cenário em que a mediocridade se tornou o padrão fundamental para o sucesso financeiro*. Esse depoimento pode ser aplicado a diversas áreas da inteligência humana, e é perceptível em grande parte da produção contemporânea de bens culturais de consumo. E o grande cineasta americano Scorsese chegou a declarar que o grande cinema de hoje é infantilóide...

Se os Ministério da Cultura e da Educação podem contribuir para que diversos valores universais cheguem aos mais jovens por meio do ensino escolar, as leis de incentivo à cultura poderiam permitir que a própria sociedade tivesse uma atuação comunitária efetiva para manter vivos valores que os cercam e criar novos. Se, numa pequena cidade do interior, existe uma igreja barroca que mereça ser restaurada, por exemplo, é muito mais fácil e coerente que, por meio de um incentivo fiscal, seja liberada uma verba oriunda de impostos para que um habitante local faça o trabalho, em vez de esperar que alguém lá de Brasília tome conhecimento do fato e faça alguma coisa.

Nos Estados Unidos, onde o espírito comunitário é muito mais forte que o nosso, não há cidade em que os equipamentos culturais não sejam financiados pelos membros da própria comunidade. E lá não existem incentivos fiscais como a nossa Lei Rouanet.

No passado, havia leis dessa natureza naquele país, mas, com o tempo, o retorno institucional e o prestígio proporcionado às marcas das empresas investidoras tornaram-se tão positivos que o governo foi gradualmente

abolindo esses mecanismos. Ou seja, se uma fábrica de parafusos é instalada nos confins do Texas, a primeira atitude do empresário, para mostrar sua presença na comunidade, é encontrar uma forma de prestar um serviço à região onde obterá seus lucros. Quem não age dessa maneira acaba sendo visto como um *outsider*. Esse comportamento tornou-se tão comum que o governo americano, com o apoio de Leonard Bernstein, criou uma instituição chamada *National Endowment for the Arts*. Ela auxilia empresários a encontrarem instituições com as quais possam se relacionar e colaborar, tornando-se participantes ativos e úteis da vida social local.

No Brasil, o empresariado não possui esse hábito de forma generalizada, mas já se observam casos excepcionais de grande valor e dignidade. O projeto Baccarelli, por exemplo, construiu um moderno teatro dentro de uma favela paulista e realiza um trabalho de ensino musical para 1.400 crianças da região. O projeto situa-se na Rua das Lágrimas, que antes justificava seu nome pela tristeza de ser um dos maiores centros de distribuição de drogas da região. Hoje, porém, essas lágrimas transformaram-se em alegria e encantamento pelos belos acordes da excelente orquestra sinfônica que ali foi criada. E o projeto foi 90% financiado pela Lei Rouanet.

Mas, se o governo quiser investir seriamente num projeto dessa natureza – muito diferente daquela ocorrida na União Soviética e mencionada anteriormente - terá uma árdua tarefa pela frente.

As leis de incentivo à cultura já existentes estão repletas de vícios e de casos de utilização questionáveis. Há também maneirismos criados para a obtenção dos incentivos, acompanhados de exigências muitas vezes estapafúrdias.

Para se ter uma ideia, o talentoso produtor de cinema Luíz Carlos Barreto, chegou a desistir de realizar filmes porque seus projetos não eram aprovados por não se enquadrarem em moldes previamente estabelecidos pelo Ministério. Um filme, por exemplo, teria que atender a determinados percentuais de representação de negros,

indígenas, trans-sexuais, quilombolas e outras minorias - exigências capazes de deixar o próprio Jdanov ruborizado.

O governo deveria criar um currículo de ensino artístico nas escolas que fosse compacto, prático e capaz de entrar rapidamente em funcionamento, pois o bombardeio dos meios de comunicação de massa não para de despejar mediocridades em nossos lares. Além disso, instituir uma ampla comissão de revisão das leis de incentivo à produção cultural, evitando que apadrinhados políticos ou representantes de grupos privilegiados reivindiquem direitos especiais no acesso a esses benefícios. Assim sendo, não faltariam talento nem inteligência nacional para que o Brasil voltasse a brilhar culturalmente.

“BRASILEIRAS E BRASILEIROS COM DEFICIÊNCIA”

Sen. Mara Gabrilli

Uma Nação invisível. Foi somente em 2022, pela primeira vez na história do IBGE, que a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) coletou e produziu indicadores para acompanhar a evolução socioeconômica, a médio e longo prazos, das pessoas com deficiência no Brasil. Isso evidencia o tamanho da dívida que temos com a nossa população com deficiência, historicamente invisibilizada em nosso país. A PNAD estimou 18,6 milhões de pessoas com deficiência, com 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,9% da população brasileira.

Assim como todos os demais cidadãos, as pessoas com deficiência buscam a efetivação dos seus direitos em todos os âmbitos da vida e da sociedade: saúde, habitação, educação, trabalho, previdência social, transporte, acessibilidade, cultura, esporte, turismo, lazer, informação, convivência familiar e comunitária, políticas de

cuidado, entre outros direitos decorrentes da Constituição Federal que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

O Brasil já conta com uma das legislações mais robustas e completas do mundo: a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência), que tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada em 2008 pelo Congresso Nacional com status de emenda constitucional conforme o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da CF.

Apesar dos avanços alcançados nas duas últimas décadas, as brasileiras e os brasileiros com deficiência ainda precisam de mais oportunidades, de avanços na garantia da acessibilidade, de acesso à educação e tecnologias assistivas que lhes garantam autonomia para ocuparem cada vez mais espaços na sociedade e no mercado de trabalho. É preciso ampliar os avanços, combater a discriminação e unificar as boas experiências pelo Brasil afora para assegurar a inclusão social destes cidadãos.

Agenda 2030 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Meta 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES >> Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, DEFICIÊNCIA, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

1. Dados e desafios do Brasil

[O IBGE usou perguntas e metodologias diferentes sobre pessoas com deficiência por meio da PNAD e dos Censos. NÃO É possível comparar a PNAD com os Censos, mas trazemos os dados de 2022 de ambos.]

♦ **PNAD 2022: 18,6 milhões de pessoas com deficiência com 2 anos ou mais de idade, 8,9% da população brasileira.** As mulheres com deficiência são maioria: 10% do total, enquanto os homens representam 7,7% da população. **[Importante]**

A incidência de deficiência aumenta com o envelhecimento nos percentuais por cada faixa etária na população: apenas 3,2% a 3,5% das pessoas de 2 a 29 anos; e 4,3% entre 30 e 39 anos. Saltos a cada década de envelhecimento: 7,5% de 40 a 49 anos; 12,8% dos 50 a 59 anos; 18,8% de 60 a 69; 29,4% de 70 a 79 anos; atingindo mais da metade (52,1%) da população com 80 anos ou mais.

◆ **Censo 2022: 14,4 milhões de pessoas com deficiência com 2 anos ou mais de idade, 7,3% do total da população.** São mais mulheres com deficiência (8,3 milhões) do que homens (6,1 milhões) em todas as regiões do país e isso pode estar associado à maior longevidade feminina. **As pessoas com 60 anos ou mais representam 45,4% das pessoas com deficiência no Brasil.**

◆ **Censo 2022 por tipos de deficiência: a maioria, 7,9 milhões de pessoas têm dificuldade de enxergar,** mesmo usando óculos ou lentes de contato; em seguida vêm as **5,2 milhões de pessoas com dificuldade para andar ou subir degraus. Quanto à destreza manual** (pegar pequenos objetos ou abrir e fechar tampas) e a **deficiência das funções mentais (com efeitos sobre a comunicação, cuidados pessoais, trabalho ou estudo) atingiam, cada uma, 2,7 milhões de pessoas.** Já **2,6 milhões de pessoas têm dificuldade para ouvir,** mesmo com o uso de aparelhos auditivos. **Cerca de 2,0% da população tinha duas ou mais dificuldades funcionais.**

◆ **Censo 2022: em 16% dos domicílios do país havia pelo menos um morador, adulto ou criança, com deficiência.** A Região Nordeste apresentou o maior percentual (19,5%), seguida pelas regiões Norte (17,8%), Sudeste (14,7%), Centro-Oeste (14,3%) e Sul (14,1%).

◆ **Censo 2022 – analfabetismo na população com 15 anos ou mais de idade: 21,3% das pessoas com deficiência eram analfabetas (2,9 milhões) e apenas 5,2% das pessoas sem deficiência (7,8 milhões de analfabetos). Menor acesso à Educação: 63,1% das pessoas de 25 anos ou mais com deficiência não completaram o ensino fundamental,** enquanto entre as pessoas sem deficiência essa proporção era de

32,3%. No outro extremo, apenas 7,4% das pessoas com deficiência concluíram o ensino superior, contra 19,5% entre as pessoas sem deficiência. Além disso, 25,2% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais terminaram a educação básica obrigatória (até o ensino médio); entre as pessoas sem deficiência, essa proporção era mais do que o dobro: 53,4%.

◆ **Censo 2022 - Avanços recentes da Educação Inclusiva: as taxas de escolarização entre as crianças de 6 a 14 anos eram de 98,4% entre pessoas sem deficiência e de 92,6% entre aquelas com deficiência.** A partir dos 15 aos 17 anos observa-se a evasão escolar: 85,5% das pessoas sem deficiência estavam na escola, frente a 79,4% das com deficiência.

◆ **Censo Escolar 2024 Inep - Avanços recentes da Educação Inclusiva: 92,6% dos alunos com deficiência matriculados nas classes comuns da escola regular.** Entre 2015 e 2024, houve crescimento de 930 mil para 2,07 milhões de estudantes. **No entanto, somente 41% desses estudantes tinham acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) previsto em lei.** O autismo, que representava apenas 5,6% das matrículas em 2015, passou a responder por 44,2% em 2024, enquanto a participação de estudantes com deficiência intelectual caiu de 69,3% para 48,5%.

◆ **Censo Escolar 2024 Inep - Desafios persistentes da Educação Inclusiva:** apenas 6,4% dos professores com formação continuada em Educação Especial e somente 25% das escolas têm sala de recursos multifuncionais para o AEE. **Banheiros adaptados e rampas, essenciais à autonomia e permanência de estudantes com deficiência, existiam em apenas 54,8% e 57,6% das escolas, respectivamente.**

◆ **PNAD 2022 - acesso ao trabalho e renda:** apenas 29,2% das pessoas com deficiência estavam na força formal de trabalho. **A desigualdade de oportunidades é reforçada mesmo quando o trabalhador com deficiência tem nível superior completo: apenas 51,2% está empregado versus 80% dos trabalhadores sem**

deficiência com nível superior. Entre as pessoas que tem ensino Médio completo ou superior incompleto, somente 42% das com deficiência estão empregadas (contra 71,6% das sem deficiência).

◆ **PNAD 2022 – excesso de informalidade: mais da metade (55,0%) das pessoas com deficiência ocupadas era de trabalhadores informais** (na população geral o índice é 38,7%). **Destaque para os dados de pessoas com deficiência que são Empregadores: 3,8%, índice muito próximo das pessoas sem deficiência (4,4%).**

◆ **Aumento da violência no trânsito e o número de pessoas com sequelas permanentes:** dados do Atlas da Violência mostram que o número de mortes no trânsito chegou a mais de 37 mil em 2024 e que as motos representam 60% das internações hospitalares por acidentes de trânsito no país. O Conselho Federal de Medicina estima que para cada vítima fatal no trânsito, cerca de 10 pessoas sobrevivem ao acidente com lesões graves e deficiências permanentes. **Isso significa que centenas de milhares de brasileiros precisarão de serviços de reabilitação física, neurológica, psicológica e profissional a cada ano.**

◆ **Serviços no SUS: em 10 anos triplicou o número de Centros Especializados em Reabilitação (CER) no país, de 102 centros, em 2014, para 324 CER em 2024.** A maioria - 188 CER II – oferece apenas 2 modalidades de reabilitação entre físico/motora, visual, auditiva ou intelectual; 83 CER III (3 modalidades) e apenas 53 CER IV (todas as 4 modalidades). **As Oficinas Ortopédicas subiram de 21, em 2014, para 49, em 2024.**

◆ **Panorama dos CER pelo Brasil: todos os Estados possuem ao menos um CER (caso do Acre) e São Paulo é o líder com 68 centros ao todo, seguido por Minas Gerais com 34, e Alagoas, com 19.** Há CER II em todos os estados, e a região Sudeste dispara na liderança: São Paulo, com 34; em segundo, Minas Gerais, com 20; e Rio de Janeiro, com 13. Porém, NÃO há CER III nos estados do Acre, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul; assim como NÃO há registro de

CER IV no Acre, Amazonas, Roraima, Distrito Federal, Mato Grosso e Maranhão. **As Oficinas Ortopédicas, essenciais para a dispensação de órteses e próteses, estão ausentes em vários estados do Nordeste (Bahia, Maranhão, Paraíba e Sergipe), Norte (Roraima e Amapá) e Sul (Paraná).**

2. Compromissos com Ações e Soluções Inclusivas

- Regular o instrumento para a avaliação biopsicossocial da deficiência, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme previsto no Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Criar núcleos em todas as regiões do país, compostos por equipe multiprofissional e interdisciplinar, para realização da avaliação biopsicossocial unificada da deficiência de modo padronizado para a concessão de BPC, aposentadoria por incapacidade, aquisição de veículos com isenção de impostos, benefícios e isenção no uso de transporte coletivo, entre outros.

- Ampliar o financiamento e o credenciamento de novos Centros Especializados em Reabilitação e de Oficinas Ortopédicas, assim como ampliar a formação e capacitação de profissionais de saúde e técnicos em tecnologias assistivas para suprir a demanda dos serviços de reabilitação;

- Reorganizar e aprimorar os sistemas de informação do SUS e do INSS com vistas a unificar e dar publicidade à lista de espera para dispensação de órteses e próteses (OPME) e avaliar de forma permanente o financiamento adequado na tabela do SUS e a qualidade das OPME dispensadas no sentido de assegurar sua segurança e durabilidade. Do mesmo modo, ampliar o acesso e garantir a qualidade das fórmulas nutricionais para erros inatos do metabolismo;

- Garantir acessibilidade arquitetônica, urbanística, de informação e comunicação, e o uso dos princípios do Desenho Universal em todos os programas e ações nas áreas de Educação, Saúde, Habitação, Cultura, Esporte, Transporte, Trabalho, Lazer, entre outras;

- **Incluir pessoas com deficiência e a diversidade humana** na composição do governo, inclusive nos cargos do primeiro escalão;
- **Concretizar o modelo de Educação expresso na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, especialmente na consolidação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, e promover ativamente a **formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio escolar, inclusive para o atendimento especializado à alunos com TEA;**
- Destinar recursos aos municípios para o **financiamento da construção e reformas de creches, escolas de educação infantil e de ensino fundamental para que sejam acessíveis e inclusivas** e garantirmos todas as crianças na escola;
- **Promover a integração do ensino médio e da educação profissional técnica, acessíveis e inclusivos, com o atual mundo do trabalho;**
- Revisar as diretrizes curriculares em cursos de nível superior e profissional para a **inclusão de disciplinas sobre acessibilidade, direitos das pessoas com deficiência e doenças raras nas respectivas áreas do conhecimento;**
- **Manutenção de Ações Afirmativas como as cotas para pessoas com deficiência:** garantir o direito já existente e promover a fiscalização das cotas para acesso às Universidades Públicas Federais, a reserva de vagas nos concursos públicos e as cotas de empregabilidade nas empresas de acordo com o Art. 93 da Lei 8.213/1991;
- **Destinar recursos e ajudas técnicas aos municípios para a elaboração de plano de rotas acessíveis nas calçadas**, conforme determina o Estatuto da Cidade, a serem implantados ou reformados pelo poder público melhorando a acessibilidade e a segurança da circulação de pedestres nas cidades;

- **Manter o BPC (Benefício de Prestação Continuada) vinculado ao salário-mínimo conforme preconizado pela Constituição de 88:** atualmente, 4,6 milhões de beneficiários, entre pessoas idosas e pessoas com deficiência de baixa renda, recebem o benefício segundo o Portal da Transparência.

- Atender todos os municípios com mais de 100 mil habitantes – hoje são 319 de acordo com o Censo 2022 do IBGE – com a oferta de **residências inclusivas e centros-dia de referência para pessoas idosas e garantir o custeio desses equipamentos.**

- **Estabelecer e desenvolver ações concretas dentro da Política Nacional de Cuidado** como a disponibilização de cuidadores custeados integralmente pelo SUAS à pessoa com deficiência em situação de dependência permanente; a criação do Auxílio-cuidador na Previdência social para os trabalhadores com deficiência; a oferta de apoio psicológico para os cuidadores familiares, geralmente mães atípicas, além do direito à aposentadoria especial para os cuidadores.

3. Doenças Raras

◆ **São cerca de 5 a 7 mil tipos de doenças raras e ultrarraras, que acometem 15 milhões de brasileiros, de acordo com estimativas do Ministério da Saúde.** Compõem este grupo de doenças as anomalias congênitas, os erros inatos do metabolismo, os erros inatos da imunidade, entre outras doenças, a maioria de origem genética. **A grande maioria das doenças raras afeta crianças e podem causar deficiências e alterações no desenvolvimento.** Por isso, o compromisso com o diagnóstico precoce e a ampliação dos exames do Teste do Pezinho são fundamentais, assim como a integração das políticas para pessoas com deficiência e doenças raras.

◆ **Temos 49 estabelecimentos habilitados no SUS como Serviço de Referência e Atenção em Doenças Raras,** distribuídos de modo desigual nas regiões do país: são 15 serviços no Sudeste e 12 na região Sul, presentes em todos os estados dessas regiões; 6 estão no Centro-Oeste (nenhum no Mato Grosso); 15 no Nordeste (não

há nenhum no Maranhão, Sergipe e Alagoas); apenas 1 na região Norte, em Belém/PA (sem nenhum serviço nos demais 6 estados). **Muitos dos serviços de referência fazem parte de Hospitais vinculados a Universidades federais ou estaduais, e alguns são ofertados por OSCs sem fins lucrativos como as Apaes e a Casa Hunter.**

◆ **Propor a definição e garantir a efetiva aplicação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para o tratamento de doenças raras,** fomentar incorporação e o acesso de tecnologias de ponta no SUS e debater a necessidade de aprimoramento da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, a Conitec, com vistas a garantir eficiência, transparência e participação democrática em seus processos.

◆ **Regulamentação da produção e da dispensação pelo SUS da Cannabis medicinal e dar prioridade para o desenvolvimento de pesquisas no tema.** Trata-se de uma demanda histórica das associações de pacientes de doenças raras, não apenas para aliviar sintomas, mas também para transformar vidas. **Dar apoio concreto ao PL 5511/2023, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, e outras propostas que tramitam no Congresso Nacional com a finalidade exclusiva de regulamentar a produção segura e controlada e o uso medicinal e industrial da Cannabis e do Cânhamo, colocando o Brasil como líder de um mercado emergente de imenso potencial.**

“DESAFIOS PARA A POLÍTICA ECONÔMICA”

Marcos Lisboa

O desafio do próximo governo na economia é recuperar a governança e a capacidade de coordenar a política econômica. O Estado precisa garantir a segurança das regras e ter protocolos para prevenir a intervenção de grupos de interesse oportunistas.

Na última década e meia, os demais poderes e agências do próprio Executivo se apropriaram de parcelas relevantes do Orçamento da União.

As emendas impositivas do Congresso e as regras para a remuneração do Judiciário são alguns exemplos desse processo.

O Executivo contribuiu para esse descontrole. Levantamento recente de Marcos Mendes indica que apenas em 2026 foram aprovadas mais de 30 medidas que resultaram em cerca de R\$ 215 bilhões a mais seja de despesas, seja de perda de receita.

O resultado é uma dívida pública crescente e juros elevados.

O novo governo terá que estacar essa dinâmica destrutiva e recuperar a capacidade do Executivo de coordenar a política fiscal e controlar o crescimento do gasto público.

O segundo desafio é fortalecer as agências de estado e garantir os protocolos para a nomeação de seus diretores. Cabe ao poder eleito definir as metas da política pública e indicar técnicos para as diretorias das agências.

A boa prática, observada nos países desenvolvidos e em muitos emergentes, é garantir os mandatos e a autonomia das agências de Estado para a execução dos contratos e das ações para atender as metas fixadas pelo governo.

Um exemplo é o Banco Central. O governo, por meio do Conselho Monetário Nacional, estabelece a meta de inflação. O Banco Central, por sua vez, utiliza os instrumentos como a escolha sobre a taxa de juros de curto prazo, para cumprir a meta.

O mesmo deveria ocorrer para outras áreas do governo, como energia, com a Aneel; comunicações, Anatel; saúde, Anvisa; ou meio ambiente, Ibama; para listar alguns exemplos.

Fortalecer os freios e contrapesos do Estado de Direito é tarefa dura. Os Gestores de plantão preferem ter à mão poderes discricionários.

Para o país, contudo, regras e protocolos para a política pública, governança organizada para as decisões que afetam o bem comum e transparência previsível dos processos reduzem a incerteza para as decisões de produção e de emprego.

Esse fortalecimento das agências de Estado, entretanto, deve começar com a avaliação das suas atribuições e responsabilidades.

O Banco Central, por exemplo, deveria ter como prioridade, além da política monetária, cuidar da supervisão da solidez das operações financeiras. Isso inclui as operações bancárias, mas também a de títulos mobiliários. A regulação deveria ser uniformizada e ser centralizada no Banco Central, inclusive incorporando a CVM.

Por outro lado, as iniciativas de estímulo à concorrência no sistema financeiro, ou a prestação de serviços, como o PIX, deveriam estar em uma agência de Estado distinta.

A boa prática, no setor público e privado recomenda a separação entre órgãos distintos: de um lado, quem faz a auditoria e supervisiona; de outro, quem presta serviços e adota práticas para desenvolver o mercado.

Os recentes escândalos de crise em instituições bancárias, fintechs e outras instituições de pagamento, como as identificadas por operações da polícia federal, como a Carbono Oculto, ou do Banco Central, como a liquidação do Banco Master, exemplificam a necessidade de fortalecimento da governança e regulação do sistema financeiro.

O mesmo ocorre com o setor elétrico. São muitas as distorções criadas que beneficiam alguns grupos de interesse, sendo a conta paga pelo restante da sociedade. Benefícios para energia solar, para energia eólica, para termoelétricas a gás no centro oeste e norte do Brasil são apenas alguns exemplos das distorções que oneram a conta de energia da sociedade.

O Legislativo tem a autonomia para aprovar benefícios para os grupos que desejar. Mas a agência reguladora deve ter a autonomia para fazer estudos técnicos e apontar os impactos esperados das medidas.

Além disso, a agência deve garantir o cumprimento dos contratos e identificar os desvios.

Esses são apenas dois exemplos do fortalecimento necessário de agências de Estado.

O desafio é amplo. Cabe ao poder eleito definir metas, políticas e indicar os gestores da política pública. As agências reguladoras têm escopo bem definido, separando os papéis de supervisão e os de incentivo à concorrência (atribuições que devem estar em agências distintas). A autonomia para execução das agências deve ser preservada.

Protocolos importam. Reunião de membros do poder executivo com demandas do setor privado devem ocorrer em audiências públicas. Da mesma forma, pedidos do poder Executivo que afetem as agências reguladoras devem ser igualmente realizados em audiências públicas.

Todas as partes devem estar presentes em qualquer discussão sobre conflitos, seja nas agências, seja no judiciário.

O terceiro desafio do novo governo será avaliar, com transparência, os subsídios e benefícios concedidos, verificar os que estão adequados à decisão da política pública, e interromper os demais.

Não será fácil. Os beneficiários de benesses públicas reagem às mudanças. São muitos os exemplos, como as seguidas tentativas de rever a desoneração da Folha de Pagamentos ou de regimes especiais de tributação.

O quarto desafio é fortalecer a capacidade competitiva da produção no Brasil por meio da formação de pessoas que conheçam a fronteira do conhecimento na área.

Assim foi feito com o ITA, que resultou na Embraer, na Embrapa, que impulsionou a revolução do agronegócio, ou com o Porto Digital do Recife.

A inovação começa com gente bem formada em um ambiente que incentive e reconheça os casos de sucesso. Novas ideias, novos processos, novos produtos são a esteira do aumento da produtividade e do crescimento.

Muitas das iniciativas irão fracassar. Algumas poucas terão sucesso. Assim segue o processo de inovação. Regras que incentivem essa dinâmica e políticas que desenvolvam a formação de pessoas nas melhores escolas são fundamentais para o aumento da produtividade.

Esse processo, entretanto, para ser eficaz requer a troca com os demais países. Saber da fronteira do conhecimento, permitir idas e vindas dos pesquisadores, poder adquirir o que outras regiões fazem melhor do que nós, são essenciais para esse processo ser eficaz. A integração com os demais países é essencial para o desenvolvimento.

O maior desafio é garantir que a política pública cuide das pessoas. Desenhar as intervenções com cuidado e avaliar os seus impactos para aperfeiçoá-las.

Temos um problema de déficit de moradias documentado pela Fundação João Pinheiro. Depois de dois programas imensos de Minha Casa, Minha Vida e o déficit de moradias continua o mesmo. Qual a razão do fracasso?

O tema do endividamento das famílias é antigo e fez parte de alguns discursos de candidatos a presidente no passado. Foi feito o Desenrola. Poucos anos depois, o problema continua igual. Foi feito o Desenrola 2. Houve diagnóstico sobre por que o programa inicial foi tão malsucedido?

O gasto com educação aumentou significativamente nas últimas quatro décadas. No entanto, o aprendizado dos estudantes não se aproximou dos de outros países.

O mesmo ocorre com outras políticas públicas, como saneamento ou acesso à energia.

A política pública deve ter metas que reflitam a qualidade da vida das pessoas. Em educação, aprendizado dos estudantes; em moradia, redução do déficit habitacional com domicílios que atendam as necessidades das pessoas (comércio próximo, transporte acessível); em energia, custo da conta e fornecimento estável.

A segurança pública deve estar na agenda.

Existem exemplos bem-sucedidos. A Carbono Oculto foi construída com base na cooperação entre diversos órgãos públicos, incluindo a Polícia Federal, a Receita, secretarias do governo estadual, a procuradoria.

Combater o crime passa, em boa medida, pela integração das áreas de investigação com as da economia.

Além disso, as propostas de política pública devem seguir protocolos. Como são as políticas nos demais países? Existem indicadores de desempenho? Há pesquisas acadêmicas com microdados que documentem o resultado comparado dos diversos casos? Quais são as peculiaridades do caso brasileiro?

Responder a essas perguntas deveria ser o ponto de partida de qualquer proposta de política pública. Ignorá-las parece ter contribuído para o fracasso de tantas iniciativas das últimas décadas.

Existe a política e a ciência. As decisões cabem à política. Mas a ciência informa sobre as implicações das escolhas.

Prioridades importam. Atender grupos de interesse deveria estar controlado por diversos protocolos para evitar as frequentes medidas que beneficiam alguns grupos em detrimento da população.

Avaliar política pública, seus impactos e beneficiários, deveria ser a prioridade.

A política econômica deve estar à serviço das pessoas. Avaliar os seus resultados deveria ser parte do protocolo.

Medir o desempenho da política pública pelos gastos realizados revela a fragilidade da retórica. Gastamos muito e não reduzimos nosso atraso em relação aos países desenvolvidos ou outros emergentes.

Outros países enfrentaram dilemas semelhantes. No começo dos anos 1980, o debate público na Austrália enfrentou o duro desafio. Sua produtividade crescia menos do que os demais países desenvolvidos. Escolhas equivocadas de política pública, protecionismo desmedido e governança equivocada contribuía para o atraso.

Não foi fácil, mas reformas foram implementadas para melhorar a gestão pública, as instituições de controle independentes, abrir a economia à concorrência externa e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

O mesmo ocorreu com outros países emergentes, como Chile e Uruguai. Melhorar os controles independentes da política pública, com foco nos resultados e cuidando para evitar a captura por grupos de interesse.

Estamos atrasados nessa agenda. A política pública deve ser avaliada pelo resultado nos indicadores que afetam a vida das pessoas. O aprendizado aumentou? O déficit de moradias se reduziu? Os juros caíram com inflação em queda? O acesso ao saneamento aumentou?

Já erramos demasiadamente no passado.

Ciência, avaliação e cuidado com o desenho das medidas são os melhores instrumentos da política pública.

O Brasil tem histórias de impressionante sucesso ao estimular a inovação, a formação de pessoas e ao empreendedorismo. O país também tem muitas histórias de fracasso ao proteger empresas ineficientes por meio de subsídios, ou de não cuidar dos detalhes da política social para atender os mais vulneráveis.

Sabemos de um lado e sabemos de outro.

Cabe a nós a escolha do caminho a seguir.

TECNOLOGIA, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE FISCAL: OS DESAFIOS DO BRASIL MODERNO

Moreira Franco

As profundas transformações ocorridas nas últimas décadas, especialmente no campo tecnológico, impõem a todos uma nova realidade social, econômica e institucional. Novos caminhos surgem diariamente, oferecendo oportunidades antes inimagináveis. Novos valores e alternativas passam a influenciar os sistemas produtivos, a inovação tecnológica e as relações econômicas e sociais.

O acesso às novas tecnologias cria exigências crescentes em praticamente todos os setores da atividade profissional. Trata-se de uma mudança ampla e profunda, cuja velocidade é proporcional ao impacto que produz sobre a economia e a sociedade. Como ocorre em todo processo de transformação acelerada, surgem inquietações naturais e um sentimento de insegurança diante das novas regras que passam a orientar a vida social e econômica.

Esse cenário exige dos governos a formulação de políticas públicas compatíveis com os princípios fundamentais de uma boa governança.

Um desses princípios deve permanecer inegociável: os governos só devem gastar dentro dos limites permitidos pelo equilíbrio fiscal. Nenhuma autoridade ou instituição deveria ter poderes para desrespeitar esse princípio.

A experiência brasileira demonstra que essa regra nem sempre é observada com o rigor necessário pelos diversos setores da administração pública. Entretanto, quando adotada de forma consistente, produziu resultados positivos. O controle dos gastos

públicos contribuiu para a estabilidade econômica, favoreceu o combate à inflação e criou condições mais propícias ao crescimento econômico e ao avanço social.

A disciplina fiscal mostrou-se igualmente indispensável para preservar o equilíbrio das contas públicas e evitar os efeitos nocivos dos processos inflacionários. A experiência histórica do Brasil com a inflação demonstra que seus impactos recaem principalmente sobre a população de menor renda, comprometendo o poder de compra das famílias e ampliando as desigualdades.

Por essa razão, é necessária uma mudança ampla e consistente de postura por parte dos integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal. O compromisso com o equilíbrio fiscal deve ser um valor permanente da administração pública, independentemente de governos ou circunstâncias políticas.

A história recente mostra que essa mudança é possível. Em diferentes momentos, governos de distintas orientações adotaram políticas de responsabilidade fiscal e alcançaram resultados positivos. Podemos citar a experiência do primeiro período de governo do Presidente Lula e o governo do Presidente Michel Temer. Essas experiências demonstram que estabilidade econômica, crescimento e inclusão social não são objetivos incompatíveis; ao contrário, são complementares.

No governo do presidente Michel Temer, o compromisso com a responsabilidade fiscal foi acompanhado por importantes iniciativas voltadas à modernização da infraestrutura nacional. Destacam-se a conclusão do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, os avanços na Ferrovia Norte-Sul, a retomada de obras rodoviárias estratégicas e a implementação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que se tornou um dos principais instrumentos para atrair investimentos privados para setores essenciais da economia.

Também merecem destaque as concessões de importantes aeroportos, como os de Salvador, Fortaleza, Florianópolis e Porto Alegre, que ampliaram a capacidade de investimento e modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira. Além disso, o programa Agora é Avançar reuniu milhares de empreendimentos nas áreas de infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento, habitação e energia, contribuindo para a retomada de obras paralisadas e para a melhoria das condições de desenvolvimento do país.

Essas medidas contribuíram para ampliar os investimentos, melhorar a logística nacional, aumentar a eficiência econômica e criar condições mais favoráveis ao crescimento sustentável.

O desafio que a sociedade brasileira enfrenta é escolher líderes comprometidos com programas de governo transparentes, responsáveis e sustentáveis. Os eleitores precisam conhecer com clareza as metas e prioridades dos candidatos, compreendendo que não é possível construir um futuro sólido com políticas baseadas apenas no aumento contínuo dos gastos públicos, sem a correspondente geração de riqueza, produtividade e oportunidades para a população.

Ao mesmo tempo, é fundamental investir na melhoria da educação em todos os níveis — básico, médio e superior — elevando a qualidade do ensino, valorizando professores, modernizando a infraestrutura escolar e fortalecendo a formação dos estudantes. Também é indispensável ampliar os investimentos em pesquisa científica, inovação tecnológica e desenvolvimento de conhecimento aplicado às necessidades do país.

A construção de um Brasil mais próspero passa necessariamente pelo fortalecimento das instituições voltadas à educação, à ciência e à tecnologia. São elas que permitem aumentar a produtividade, modernizar a economia e criar oportunidades para as futuras gerações.

Executar um programa de governo baseado nesses objetivos significa inserir o Brasil entre as nações que utilizam o conhecimento, a inovação e a responsabilidade fiscal

como instrumentos para promover desenvolvimento econômico, justiça social e melhoria da qualidade de vida da população.

A revolução tecnológica em curso oferece oportunidades extraordinárias para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, para que essas oportunidades se convertam em benefícios concretos para a população, é indispensável que o país mantenha instituições sólidas, compromisso com a responsabilidade fiscal e políticas públicas voltadas para a educação, a ciência, a inovação e a infraestrutura. O Brasil possui todas as condições para avançar nesse caminho. O desafio está em transformar essas potencialidades em um projeto nacional capaz de combinar democracia, crescimento econômico e justiça social.

“O BRASIL NA NOVA GEOECONOMIA”

Marcos Troyjo

O Brasil chega à terceira década do século XXI diante de uma encruzilhada histórica. O mundo que emergiu após o fim da Guerra Fria — marcado por uma globalização relativamente linear, pela expansão de cadeias de valor e por um certo consenso quanto ao livre comércio — foi substituído por um ambiente de fragmentação, competição estratégica e redefinição de prioridades nacionais. Nesse novo contexto, a inserção internacional do Brasil não pode mais ser pensada apenas em termos de acesso a mercados ou atração de investimentos como nos anos 1990. Trata-se, agora, de posicionamento estratégico em um sistema global em mutação.

A globalização não acabou, mas está sendo reescrita. Esse processo tem menos a ver com desintegração e mais com reconfiguração. Países e empresas passaram a organizar suas decisões com base em critérios que transcendem a eficiência

econômica clássica. Segurança nacional, resiliência de cadeias produtivas, soberania tecnológica e alinhamentos geopolíticos tornaram-se elementos centrais. É nesse ambiente que proponho a ideia de "ESG 2.0": uma releitura em que Economia, Segurança e Geopolítica passam a estruturar as decisões estratégicas.

Para o Brasil, essa mudança abre tanto riscos quanto oportunidades. Entre os riscos, destaca-se a possibilidade de marginalização em um mundo que privilegia alianças estratégicas mais seletivas. Entre as oportunidades, encontra-se a chance de reposicionar o país como um ator indispensável em setores-chave como energia, alimentos, minerais críticos e sustentabilidade.

A inserção internacional do Brasil deve, portanto, ser pensada em dois níveis: o da microgeopolítica e o da macrogeopolítica. No plano microgeopolítico — aquele dos próximos cinco anos —, o país precisa responder com agilidade a choques externos, mudanças regulatórias e rearranjos comerciais. Já no plano macrogeopolítico — com horizonte de duas a três décadas —, é fundamental identificar as grandes tendências estruturais que moldarão o sistema internacional.

Uma dessas tendências é a transformação demográfica global. O crescimento populacional concentrado em países da Ásia e da África implicará um aumento substancial da demanda por alimentos, energia e infraestrutura. O Brasil, com sua base agrícola altamente produtiva e seu potencial energético diversificado, está particularmente bem posicionado para atender a essa demanda. No entanto, para transformar potencial em protagonismo, será necessário investir em logística, tecnologia e inserção comercial.

Outro vetor estrutural é a diversificação energética. Ao contrário do que se imaginava há poucos anos, essa transição não será linear nem homogênea. O mundo caminha para uma matriz energética mais diversificada, na qual fontes renováveis coexistirão com combustíveis fósseis por um período prolongado. Nesse contexto, o Brasil possui vantagens comparativas notáveis: uma das matrizes energéticas mais limpas

do mundo, capacidade de produção de biocombustíveis e potencial em energias como solar e eólica. A chave será transformar essas vantagens em ativos geopolíticos.

A revolução tecnológica constitui um terceiro eixo de transformação. A inteligência artificial, a digitalização e a disputa por padrões tecnológicos estão redefinindo as bases da competitividade global. O Brasil corre o risco de se tornar apenas consumidor de tecnologias desenvolvidas em outros centros, a menos que implemente uma estratégia consistente de inovação. Isso implica não apenas investimento em pesquisa e desenvolvimento, mas também integração com ecossistemas globais de tecnologia.

No campo do comércio internacional, o Brasil precisa superar uma tradição de relativa introversão. A economia brasileira ainda apresenta baixos níveis de abertura quando comparada a padrões internacionais. Acordos comerciais não são mais apenas instrumentos de redução tarifária; são plataformas de inserção em cadeias de valor, de harmonização regulatória e de cooperação estratégica. Nesse sentido, a consolidação e implementação de acordos como o entre Mercosul e União Europeia têm um significado que vai além do comércio: representam um movimento em direção à "interdependência gerida".

Essa interdependência gerida reflete uma nova lógica: países buscam diversificar parceiros sem abrir mão de autonomia estratégica. Para o Brasil, isso significa aprofundar relações com múltiplos polos — Estados Unidos, Europa, China e outros emergentes — sem se alinhar de forma exclusiva a nenhum deles. Trata-se de uma diplomacia de pragmatismo sofisticado, que exige clareza de interesses e consistência de ação.

A estratégia de inserção externa brasileira deve, portanto, abandonar dicotomias simplistas e adotar uma abordagem baseada em interesses concretos. O debate sobre "Ocidente versus Sul Global", por exemplo, muitas vezes obscurece mais do que esclarece. O Brasil não precisa escolher entre identidades geopolíticas; precisa construir uma estratégia que maximize suas vantagens em um mundo multipolar.

Outro elemento central para a inserção internacional do Brasil é a qualidade de seu ambiente doméstico. Competitividade externa começa em casa. Reformas estruturais, segurança jurídica, estabilidade macroeconômica e eficiência regulatória são condições indispensáveis para atrair investimentos e ampliar a participação do país no comércio global. Sem esses fundamentos, qualquer estratégia internacional estará comprometida.

Além disso, o Brasil deve investir na construção de uma imagem internacional coerente com seus ativos estratégicos. Em um mundo de competição por influência, não basta possuir vantagens comparativas; é necessário projetá-las de forma clara e confiável. O país precisa se apresentar como fornecedor seguro de alimentos, parceiro relevante na transição energética e ator comprometido com soluções globais. Essa projeção internacional deve ser sustentada por políticas concretas, previsibilidade institucional e capacidade de execução.

A dimensão empresarial também é crucial. Empresas brasileiras precisam se internacionalizar de maneira mais agressiva, não apenas como exportadoras, mas como investidoras e inovadoras. A presença de multinacionais brasileiras em mercados estratégicos contribui para ampliar a projeção do país e fortalecer sua posição nas negociações internacionais.

A inserção internacional do Brasil dependerá de sua capacidade de antecipar tendências e agir de forma proativa. O país não pode se limitar a reagir aos movimentos das grandes potências; precisa desenvolver uma visão própria de longo prazo. Isso implica fortalecer instituições, investir em inteligência estratégica e cultivar uma cultura de planejamento.

O Brasil possui atributos que poucos países reúnem simultaneamente: escala territorial, abundância de recursos naturais, base industrial relevante e capacidade agrícola de classe mundial. No entanto, esses atributos, por si só, não garantem protagonismo. O que determinará o papel do Brasil no cenário internacional será a

capacidade de articular esses ativos em uma estratégia coerente e adaptada às novas realidades globais.

O futuro da inserção internacional do Brasil não está predeterminado. Ele será resultado de escolhas. Em um mundo marcado pela incerteza e pela competição, a clareza estratégica e a consistência de ação serão os diferenciais decisivos. Cabe ao Brasil decidir se será um espectador das transformações em curso ou um de seus protagonistas.

Nesse contexto, entre 2027 e 2031, o Brasil deveria perseguir cinco prioridades centrais em sua agenda internacional.

Primeiro, consolidar uma diplomacia de interdependência gerida. O país deve aprofundar sua inserção junto aos principais polos econômicos e tecnológicos do mundo, preservando autonomia estratégica e evitando alinhamentos automáticos. Isso implica avançar em acordos comerciais e de cooperação capazes de ampliar mercados, reduzir vulnerabilidades e diversificar parcerias. Como já é membro do Brics e do G20, nesse quesito é fundamental retomar o caminho da participação do Brasil como parte integrante da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Segundo, transformar vantagens comparativas em ativos geopolíticos permanentes. Energia limpa, segurança alimentar, minerais críticos e sustentabilidade devem ser tratados não apenas como temas econômicos, mas como instrumentos de influência internacional e atração de investimentos estratégicos. A participação do Brasil em agendas como a Conferência do Clima devem orientar-se a soluções tecnológicas e exposição de oportunidades de parcerias, e não a pautas determinadas por organizações não-governamentais que priorizam interesses alheios aos do Brasil.

Terceiro, inserir-se nas cadeias globais de valor da nova economia. O Brasil precisará ampliar sua presença em setores ligados à inovação, inteligência artificial, economia digital e manufatura avançada. Sem isso, corre o risco de ocupar apenas posições periféricas em um sistema internacional cada vez mais orientado por tecnologia.

Nesse aspecto, cabe aproximar o montante percentual que o Brasil destina a pesquisa, desenvolvimento e inovação para acima da média dos países emergentes e mais próximo do patamar das economias integrantes da OCDE.

Quarto, reforçar competitividade doméstica como fundamento da projeção internacional. Infraestrutura, produtividade, segurança jurídica, estabilidade macroeconômica e eficiência regulatória não são apenas objetivos internos: são pré-condições para uma inserção externa robusta e sustentável. A propósito, um dos principais efeitos positivos dos acordos comerciais e de investimento internacionais é fomentar reformas competitivas internas.

Quinto, ampliar a presença internacional das empresas brasileiras e fortalecer a projeção global do país. Na nova geoeconomia, empresas nacionais internacionalizadas funcionam como extensões da influência econômica e estratégica de seus países de origem. O fortalecimento de multinacionais brasileiras em setores-chave contribuirá para consolidar a posição do Brasil em mercados estratégicos.

Essas prioridades refletem uma visão de inserção internacional baseada menos em retórica e mais em capacidade concreta de articulação estratégica. Em um mundo fragmentado e competitivo, o Brasil precisará combinar pragmatismo, ambição e visão de longo prazo. O desafio não será apenas participar das transformações globais, mas influenciar sua direção de maneira compatível com os interesses nacionais e com o potencial que o país possui.

“ESTRADA PARA O FUTURO: DEFESA NACIONAL”

Nelson Jobim

O poder militar continua a ser fundamental para a mensuração do poder no plano das relações internacionais (RI).

Embora sua fungibilidade seja limitada, ela de forma alguma pode ser considerada igual a zero – tendo em conta o fato de que a força armada domina as demais expressões do poder em contextos de interação em que não haja limitações significativas ao seu emprego.

Em circunstâncias de transição acelerada de poder, em que potências ascendentes desafiam potências do status quo, a instabilidade decorrente torna mais provável o uso ou a ameaça de uso da *ultima ratio regis*.

Como hoje estamos inseridos em contexto dessa natureza, resta evidente a necessidade urgente de aumento robusto e acelerado de nossas parcas capacidades de defesa.

Esse incremento, que não poderá ser levado a cabo em ritmo glacial como no presente, terá de envolver o desenvolvimento de múltiplas capacitações em amplo espectro de tarefas de caráter militar e civil-militar de variados graus de exigência profissional e tecnológica. Ou seja, desde tarefas de não-guerra, passando por capacidades de contrainsurgência e atuação em contextos de guerra híbrida, até conflitos de alta intensidade.

Deve-se ter presente que os principais óbices ao robustecimento da defesa nacional encontram-se no âmbito do poder executivo, não do legislativo ou mesmo do judiciário. O presidente da república precisa engajar-se na reforma da defesa nacional, pois sem esse engajamento as demais ações necessárias ao soerguimento da capacidade de defesa encontrar-se-ão seriamente comprometidas ou inviabilizadas.

Incumbe ao supremo mandatário da nação, comandante em chefe das Forças Armadas, fomentar junto às elites civis e políticas a formação de mentalidade de defesa estribada em Grande Estratégia Nacional que reflita os valores brasileiros e os consensos transversais mínimos necessários à sua manutenção no curto e médio prazo.

Os parâmetros para a reforma profunda das estruturas de defesa nacional devem ser os seguintes:

01. Implementação imediata de nova estrutura de administração da defesa de acordo com padrões difundidos nos países desenvolvidos:

- 1) extinção da figura dos Comandantes de Força Singular substituídos pela figura dos Chefes de Estado-Maior de Marinha, Exército e Força Aérea;
- 2) estes serão hierarquicamente subordinados ao Chefe do Estado-Maior Conjunto da Defesa, escolhido pelo Ministro da Defesa e a ele subordinado;
- 3) aos primeiros caberá o preparo das forças singulares de acordo com as orientações emanadas da estratégia de defesa nacional, enquanto o último será o responsável pelo emprego conjunto das forças singulares de acordo com as diretrizes do Ministro da Defesa recebidas do Presidente da República;
- 4) o Chefe do Estado-Maior Conjunto da Defesa estará hierarquicamente subordinado ao Ministro da Defesa e, nas suas ausências, ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa;
- 5) nas ausências do Ministro da Defesa, o Secretário-Geral do MD assume as funções e as prerrogativas do Ministro – sendo extinta a rotatividade da gestão administrativa do MD pelos Comandantes de força como ocorre atualmente;
- 6) Os Chefes do Estado-Maior da Defesa e das forças singulares serão passíveis de exoneração a qualquer tempo pelo Ministro da Defesa sem necessidade de consulta ao Presidente da República;

02. Implementação efetiva da carreira de analista civil de defesa para mobiliar o MD com burocracia estável, permanente e especializada;

03. Criação de agência nacional de armamentos no âmbito do MD voltada à integração logística das forças singulares, à padronização de material, ao robustecimento da Base Industrial de Defesa (BID), ao desenvolvimento tecnológico integrado e à exportação de material de emprego militar:

- 1) Fomento consistente e integrado da BID com garantia estatal da sustentabilidade dos programas de desenvolvimento militar;
- 2) Fomento à inserção da BID nas grandes cadeias globais de fornecimento de insumos de defesa por meio da participação do Brasil em projetos multinacionais de desenvolvimento de armamentos de ponta em conjunto com nações amigas;
- 3) O planejamento minucioso dessa participação deve envolver diversas esferas de governo e da iniciativa privada de modo que se possa auferir o máximo de benefício para o país e para as suas empresas – em termos de contrapartidas tecnológicas, industriais, no campo da qualificação de pessoal etc.

04. Criação de foro permanente de integração entre os ministérios da defesa, relações exteriores, fazenda, ciência e tecnologia, indústria e comércio, entre outros, e a presidência da república para a coordenação de ações voltadas ao fortalecimento da defesa nacional;

05. Criação de lei orçamentária plurianual de defesa impositiva com horizonte de 10 anos ajustável em intervalos fixos ou, em casos excepcionais, variáveis – sem esta lei não se pode simplesmente falar em defesa nacional séria;

06. Criação de mecanismos de financiamento da defesa nacional com o objetivo de incrementar os gastos de defesa de 1,1% para 2,5% do PIB em, no máximo, 10 anos – estes parâmetros devem estar vinculados à redução consistente do percentual do orçamento da defesa despendido em pessoal – sobretudo com reservistas e pensionistas;

07. Criação de comandos regionais de defesa integrados nas cinco regiões do país com a respectiva adaptação das estruturas administrativas das forças singulares a essa nova realidade – inclusive com a extinção de cargos correspondente;

08. Formação de Guarda Nacional vocacionada ao controle de fronteiras e intervenção em crises decorrentes de insurgência criminal – servindo, em situações de guerra, como reserva das Forças Armadas;

1) A Guarda Nacional seria formada por excedentes do Exército e, depois de sua estruturação inicial, seria transferida do âmbito do MD para o Ministério da Justiça (MJ) em substituição da Força Nacional (entidade precária em mais de um sentido);

2) Uma vez estruturada, a sustentação e a administração da Guarda Nacional caberiam ao MJ, enquanto o emprego dessa força seria determinado pelo Presidente da República;

09. Com a ativação da Guarda Nacional, o papel das Forças Armadas nas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) poderia ser paulatinamente descontinuada – ou, alternativamente, limitada a ações de cerco de grande monta contra entidades envolvidas em insurgência criminal.

1) O paulatino afastamento das Forças Armadas das operações de GLO permitiria foco total na defesa da pátria, função precípua de Marinha, Exército e Aeronáutica;

10. Com a concentração de esforços e energias na defesa, as funções subsidiárias das Forças Armadas devem diminuir substancialmente, permitindo a fechamento de unidades militares vocacionadas a cumprir essas atividades e escassamente capazes de desempenhar qualquer função no campo de batalha digital contemporâneo;

1) As lideranças civis do MD têm de exercer supervisão ativa desse processo de modo a impedir que dinâmicas corporativas e corporativistas mantenham em serviço unidades militares sem nenhuma função em termos de geração de capacidades combatentes;

12. O MD deve liderar campanha de relações públicas devotada a elevar o moral das Forças Armadas e instilar na população consideração pelo nobre papel desempenhado pela profissão militar;

ESTRADA PARA O FUTURO: SAÚDE

Raul Cutait

Introdução

Com a Constituição de 1988, criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), sob a premissa de atender a todos dentro dos princípios da universalização, integralidade e equidade, de maneira descentralizada. Após quase 40 anos de existência, pode-se afirmar que o SUS trouxe grandes benefícios à população, porém necessita ser amplamente discutido, revisto e reformulado para que possa evoluir de forma mais efetiva.

Principais tópicos

I - Financiamento

Alguns dados

1. Os recursos destinados à saúde representam cerca de 4% do PIB do país, insuficientes para que se possa almejar, mesmo que parcialmente, os objetivos do SUS. Por outro lado, há estudos mostrando que cerca de um terço do que se gasta em saúde pelo setor público relaciona-se com desperdício ou até desvio.

2. Os municípios, principalmente os menores, chegam a gastar até 50% de seus orçamentos com saúde, mas, mesmo assim, não oferecem o que seus munícipes necessitam em termos de atenções de saúde.

3. O aporte de recursos financeiros precisará obrigatoriamente aumentar, em função de três fatores determinantes: a) o envelhecimento da população (em 2050 os idosos deverão representar 30% de nossa população), cujas doenças crônicas são mais dispendiosas em termos de diagnóstico e tratamento; b) a crescente incorporação de novas e dispendiosas tecnologias e medicamentos; c) a manutenção de curva de inflação da saúde superior à da inflação do país, algo que vem ocorrendo há muitos anos.

4. A judicialização tem feito com que recursos sejam desviados para atender solicitações nem sempre plausíveis, inclusive gerando imprevisibilidade nos gastos públicos com a saúde.

Propostas

1. A questão do financiamento precisa obrigatoriamente ser revista, mas não com a visão simplista de apenas buscar mais recursos, mas sim atacando a ineficiência na aplicação dos recursos já disponíveis e criando condições para um melhor emprego de recursos a serem adicionados no futuro. Para tanto, é preciso um real planejamento estratégico quanto a necessidades e prioridades e aplicação dos recursos disponíveis.

2. Avaliar os custos reais de cada procedimento, adequados a padrões regionais, uma vez que as tabelas do SUS mostram apenas quanto se paga por procedimento, mas não quanto custa cada um deles para o sistema.

3. O melhor conhecimento dos custos pode orientar pagamentos mais condizentes com a realidade e, com isso, criar melhores condições de atuação, em especial para o sistema filantrópico, responsável por cerca de 50% das internações do SUS.

4. Digitalizar todo o sistema de saúde, para que, com informações, seja possível atuar de forma mais competente contra a ineficiência da aplicação dos recursos financeiros.
5. Avaliar novas fontes de financiamento, tais como institucionalizar os mecanismos de ressarcimento ao SUS por atendimentos a portadores de planos de saúde, algo já previsto em lei e tributações específicas (alíquotas das vendas de bebidas alcoólicas e tabaco), dentre outras.
5. Enfrentar a judicialização de forma estruturada, de modo a orientar decisões judiciais com base em evidências científicas e de custo-efetividade.

II - Governança e Gestão

Alguns dados

1. De um modo geral, o sistema de governança e gestão do SUS não possibilita amplitude e agilidade necessárias para seu bom desempenho.
2. A dificuldade de acesso da população ao sistema, tanto para diagnóstico, quanto para tratamento, é desigual e, portanto, injusta.
3. A qualidade do atendimento é pouco avaliada e parametrizada.
4. O modelo tripartite de gestão, embora democrático, não raro produz sobreposição de ações, interferindo com planejamento e responsabilização por resultados.

Propostas

1. Planejamento estratégico a longo prazo, visando melhor acesso ao sistema de saúde e à qualidade de atendimento, levando-se em conta as diversidades regionais, que incluem aspectos geográficos, epidemiológicos, etários, sociais e econômicos.
2. Implantação de modelos de gestão mais ágeis, como organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público e entidades filantrópicas, porém com amplo controle do atendimento ofertado, dos desfechos clínicos e dos custos.

3. Criar um sistema nacional de avaliação e controle das diversas ações do SUS, com indicadores públicos, metas mensuráveis e incentivos para melhoria contínua.
4. Criar sistemas de controle que permitam avaliar as características de acesso e qualidade de atendimento (desfechos clínicos), com avaliações constantes realizadas por organismos internos e externos, nacionais ou internacionais.
5. Regionalização efetiva, baseada em aspectos geográficos, epidemiológicos e recursos instalados, com plena participação dos municípios envolvidos, inclusive de seus fundos municipais, com integração efetivas dos três poderes (federal, estadual e municipal). Dessa forma, os casos mais complexos podem ser direcionados para os diversos centros de referência de cada região que, com isso, podem se credenciar como centros de excelência pelo volume e pelo estímulo a coaptar profissionais mais competentes. Sempre que possível, ligar esses centros a estruturas universitárias e acadêmicas, assim como ao sistema privado existente, para que sejam evitadas duplicações desnecessárias.
6. Treinamento continuado, em serviço, de profissionais de saúde e administrativos.

III – Programas específicos

1. Atenção básica

A Estratégia Saúde da Família tem se mostrado fundamental para as atenções de saúde, sendo responsável pelo atendimento básico de cerca de 70% da população. Contudo, para uma maior efetividade, é necessário que ela seja revista sob vários aspectos: modelo de gestão; ampliação do espectro de atuação englobando ações efetivas para prevenção de doenças; melhor integração com níveis superiores de atendimento (UPAs, AMEs e hospitais); equipes ligadas a centros de excelência para melhorar a qualidade do atendimento; educação continuada para os membros das equipes. Para cidades com até 50 mil habitantes, constitui-se na base do atendimento oferecido pelo município, ao qual associam-se algumas situações específicas de atendimento secundário.

2. Programas especiais

a) Várias são as doenças que requerem atenção especial em decorrência de sua prevalência, gerando custos e sofrimento, em especial dislipidemia, câncer, hipertensão arterial e diabetes, responsáveis por mais de 70% dos óbitos por doenças no país. Programas nacionais devem ser revistos, indo da atenção básica aos hospitais quaternários, com um eficiente sistema de referência e contra-referência, algo não devidamente implantado.

b) Atenção aos idosos, que são os que mais apresentam comorbidades, sendo atualmente bastante expressivo o contingente dos que não são amparados por suas famílias. Um programa voltado a esse crescente grupo populacional deve ser desenvolvido com a Assistência Social.

3. Programas de prevenção e diagnóstico precoce de doenças prevalentes

Nada mais coerente em termos de custos e sofrimento do que diminuir o número de casos e a gravidade das doenças mais prevalentes. Dessa forma, é fundamental que se instalem, a partir das Equipes de Saúde da Família, programas de prevenção e diagnóstico precoce de hipertensão arterial, diabetes, dislipidemia e algumas formas de câncer, em especial para populações de maior risco para cada uma dessas doenças. Iniciar programa de Saúde Mental, com foco inicial em educação contra o envolvimento com apostas.

IV – Força de trabalho

Alguns dados

1. O bom atendimento da população depende de dois fatores principais, que são um sistema resolutivo e força de trabalho competente. Esta deve ser formada por médicos e demais profissionais de saúde que, além dos conhecimentos técnicos inerentes a cada área de atuação, se atenham aos valores éticos, morais, de solidariedade e humanismo que as atenções de saúde requerem.

2. Vivemos na atualidade uma situação inusitada, relacionada com a expansão descabida das faculdades de medicina, que em breve formarão cerca de 50 mil médicos por ano, sendo que para grande parte deles faltam professores qualificados e acesso a instituições de treinamento preparadas para o ensino. Adicionalmente, não existem vagas de residência médica para mais de metade dos formandos, etapa essa fundamental para a qualificação de um médico e, em países adiantados, obrigatória para o exercício da medicina. Nesse sentido, é preciso revisitar o funcionamento das atuais e futuras faculdades de medicina e dos atuais e futuros programas de residência médica.

3. A situação não é diferente para outros profissionais de saúde. Pululam faculdades de enfermagem com alta carga de ensino à distância, assim como reconhece-se o ensino deficiente de fisioterapia e outras.

Propostas

1. Rever o ensino das várias profissões relacionadas com a saúde, juntamente com o Ministério da Educação, visando melhor a qualidade de formação dos profissionais e não apenas o número de profissionais colocados no mercado.

2. Criar um sistema independente de avaliação e acreditação para todas as faculdades da área da saúde, bem como para programas de residência.

3. Criar modelos de educação continuada em serviço para os vários profissionais de saúde.

V – Produção industrial e de insumos

O Brasil é ainda bastante dependente da importação de insumos e de equipamentos, o que o deixa vulnerável a custos e acontecimentos externos. Portanto, é estratégico que se incentive a ampliação das competências da indústria nacional, para que possamos ser, na medida de nosso interesse, cada vez mais independentes e, simultaneamente, mais exportadores de tecnologias e medicamentos.

VI – Inovação

As rapidíssimas mudanças tecnológicas têm que ser não apenas incorporadas, mas também geradas em nosso meio. Nesse sentido, temos instituições e pessoas capacitadas para o desenvolvimento científico e de inteligência artificial em saúde, que devem receber incentivos para ampliar suas atividades.

Comentário final

Acima estão expostos, de forma sucinta, alguns tópicos que podem impactar de forma positiva na melhoria das atenções de saúde da população, entendendo-se que existem outros também relevantes para o contexto geral da saúde. Contudo, é fundamental que tanto o planejamento estratégico, quanto o processo decisório, sejam desvinculados de posições políticas e ideológicas. Além disso, é preciso que se valorize a percepção da qualidade da prestação de serviços prestados pelo SUS, abalada parcialmente por múltiplos fatores, tais como filas de espera, ineficiência e falta de comunicação, precariedade das instalações, impessoalidade e falta de empatia, instabilidade do atendimento, falta de pessoal, frequentes cancelamentos de atendimento.

“A POLÍTICA EXTERNA: LUGAR DO BRASIL NO MUNDO”

Rubens Barbosa

Para poder definir uma política externa que atenda ao interesse nacional, o próximo governo deve ter um claro entendimento sobre o que está acontecendo no mundo. A ordem econômica e política internacional criada em 1945, depois do fim da 2ª. grande guerra ficou superada pelas profundas mudanças ocorridas nos últimos anos. Nesse contexto, a ordem global nos últimos tempos vem se caracterizando pela incerteza e insegurança.

No meio de grandes transformações na economia e na ordem internacional, o mundo está entrando em uma nova etapa histórica pela interação de diversos fatores de grande intensidade. A supremacia Ocidental econômica, financeira e militar, nos últimos duzentos anos, está sendo questionada. O rápido avanço das tecnologias em várias áreas - inteligência artificial, computação, biotecnologia, é talvez o mais profundo da história (maior talvez do que a invenção da roda, da revolução industrial e mesmo da arma nuclear). As mudanças climáticas produzidas pela ação humana estão na raiz de uma crescente crise ecológica com desastres em todos os continentes. As instituições multilaterais, criadas depois do fim da guerra, em 1945, para a preservação da paz e da segurança mundiais e para o estabelecimento de regras estáveis e previsíveis no comércio internacional, não são mais capazes de responder a todos esses desafios por não mais serem representativas da nova geopolítica e da nova geoeconomia global. A geoeconomia passou a ser um elemento crítico quando se analisa o papel de cada país nesse novo mundo. Na área financeira, ocorre uma reavaliação global das estratégias de proteção dos ativos, com a valorização do ouro e fluxos de investimento em países emergentes, como o Brasil. O uso da força por meio de instrumentos econômicos e comerciais para promover e defender os interesses nacionais, para produzir resultados geopolíticos favoráveis e efeitos positivos sobre os objetivos geopolíticos é o novo normal. Cada país procura buscar sua segurança econômica para garantir que todos os meios estejam assegurados para o desenvolvimento econômico para reduzir as vulnerabilidades (logísticas, fertilizantes, tecnologia, educação) e buscar investimentos para as áreas em que o Brasil tem vantagem competitiva (agro negócio tropical, energia e minérios estratégicos).

DIRETRIZES

Como uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil tem um peso próprio no cenário internacional, como evidenciado pelos convites para participar das reuniões do G-7 e de outros encontros globais, além do papel nas questões de segurança alimentar e mudança do clima. Nesse sentido, será prioridade restabelecer a

credibilidade externa e recuperar a capacidade da nossa diplomacia de defender o interesse nacional.

Reconhecer a política externa como política de Estado, a ser conduzida com moderação e independência na defesa dos interesses nacionais, em especial a defesa da soberania e a não interferência em assuntos internos, de conformidade com o artigo 4 da Constituição.

Exercer a política externa acima de interesses partidários ou ideológicos, com visão de futuro, e como parte das ações para o Brasil encontrar seu lugar no mundo, de novo como uma das dez maiores economias globais.

Restabelecer o papel central do Itamaraty na formulação e execução de nossa política externa e agir com autonomia na coordenação das políticas nacionais em todas as áreas de negociação internacional e regional, devendo levar em conta as reais necessidades da economia, da segurança, da Defesa, de meio ambiente e de direitos humanos. A diplomacia deverá atuar como uma antena de captação das mudanças e oportunidades, um instrumento de negociação em novas áreas (tecnologia e inovação), um braço (assistência técnica) para o exercício de “soft Power” na América Latina e na África, um fator de inteligência para a segurança nacional e defesa e um suporte eficiente para a ação de outros órgãos estaduais.

Nesse contexto, com recursos orçamentários adequados, o Itamaraty deverá ampliar seu apoio e coordenação interna com os demais ministérios. Uma nova Diplomacia de Defesa, com o objetivo de apoiar as atividades das tres Forças nas negociações comerciais para trazer tecnologia e inovação, nas ações no Atlantico Sul, e o fortalecimento da Diplomacia Empresarial, em apoio a Base Industrial de Defesa e a diversificação e abertura de novos mercados. Nesse sentido, deverão ser estabelecidas formas de colaboração com o Ministério da Defesa e com o setor privado nas ações externas.

Reconhecendo a limitações da ação da diplomacia nacional, o Itamaraty continuará a defender a reforma dos organismos multilaterais, em especial do Conselho de

Segurança da ONU e o fortalecimento da OMC. No âmbito global, a política externa continuará a acompanhar, com preocupação, por suas repercussões econômicas e políticas globais, a guerra da Rússia na Ucrânia, bem assim o ciclo de violência no Oriente Médio com a guerra entre Israel e o Hamas, a destruição da Faixa de Gaza, os ataques israelenses contra o Hezbollah no Líbano e a eclosão do conflito entre os EUA/Israel e o Irã. A tradicional posição do Brasil no tocante à criação do Estado Palestino deverá ser reforçada.

A participação do Brasil nas organizações internacionais, em temas globais como sustentabilidade, energia, tráfico de armas e de drogas, combate à corrupção, bem assim nos novos temas, como terrorismo, guerra cibernética, controle da internet, e nas questões de paz e segurança (a ampliação do Conselho de Segurança, operações de paz, não proliferação) deverá ser mais ativa e dinâmica.

A política externa voltará a apoiar firmemente o ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Serão buscadas formas de expandir a participação política e econômica no BRICS ampliado, no G-20, na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), no IBAS (acordo Índia, Brasil e África do Sul) e na CELAC.

A política ambiental e mudança de clima, a segurança alimentar e a transição energética justa e de minérios estratégicos - áreas em que o Brasil é uma potência global - merecerão um planejamento estratégico de médio e longo prazo pela importância da sustentabilidade, no contexto da mudança de clima, para a incorporação de avanços tecnológicos, para a atração de investimentos produtivos e para a expansão do comércio exterior. A gestão da Amazônia, bioma compartilhado com nações amigas, receberá especial atenção, com a ativação do Tratado de Cooperação Amazônica.

A política externa defenderá vigorosamente a democracia, como fundamento do Estado brasileiro, e nos planos internacionais e regionais (cláusula democrática do

Mercosul), além de fazer a defesa dos direitos humanos, em especial na América do Sul.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) servirão como referências no relacionamento externo brasileiro. Conduas de governança de alcance global, tais como as ligadas ao combate à corrupção, à transparência no trato da coisa pública e à adoção de medidas de compliance no setor público serão adotadas e estimuladas pelo Brasil nas relações com países e com organismos internacionais. Será dada forte prioridade às políticas afirmativas em relação aos setores mais vulneráveis de nossa sociedade, em especial às mulheres, idosos, crianças, afrodescendentes, LGBTI, quilombolas, ciganos, povos indígenas e pessoas com deficiência.

O Itamaraty deverá ampliar a ação externa no tocante a assistência aos brasileiros que vivem no exterior, cujos números sobem a mais de quatro milhões em todos os continentes, e que esperam assistência não só para providências pessoais, mas sobretudo para apoio em momentos de crise nos países em que vivem.

Priorizar as atividades de promoção comercial e captação de investimentos, sobretudo em tecnologia e cooperação técnica, por meio a ampliação da ação da APEX e da ABC. O MRE atuará em coordenação com outros ministérios para reduzir a dependência externa de equipamentos de defesa e de comunicação estratégica das Big Techs e para fortalecer a Base Industrial de Defesa.

As restrições às exportações brasileiras, sobretudo pela política ambiental em relação à Amazônia, assim como aquela em função da aprovação de nova regulamentação europeia de desmatamento e as compensações sobre emissões de gás de efeito estufa serão respondidas por meio de salvaguardas ou medidas retaliatórias.

Nas negociações comerciais, terão de ser intensificados entendimentos com o objetivo ampliar o número de acordos comerciais com o Japão, o Canadá, a Coreia e os EAU, além da implementação do acordo do Mercosul com a União Europeia e com a EFTA com o objetivo de diversificar as exportações brasileiras, visando a meta

de alcançar US\$ 1 trilhão no comércio exterior nos próximos quatro anos. Deverá ser iniciado processo de negociação para a adesão ao acordo comercial na Ásia (Parceria Transpacífico, integrada pelo Japão, Aliança do Pacífico e países asiáticos) e serão iniciados contatos com os países africanos visando a negociação de acordo comercial com o Mercosul.

Como posição de princípio fundamental da política externa, deverá ser reforçada a posição de independência e equidistância em relação as tensões entre os EUA e a China. Os interesses nacionais não permitem alinhamentos automáticos e devem ser defendidos em primeiro lugar, acima de ideologia ou interesses partidários. O Itamaraty colaborará para a formulação de uma Estratégia Nacional de Segurança, que indicará as percepções e os interesses que o Brasil defenderá na sua inserção no cenário internacional.

A POLÍTICA EXTERNA NOS QUATRO CONTINENTES

As relações políticas, econômicas e diplomáticas com os EUA representam os maiores desafios para a política externa brasileira. A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA coloca as Américas como a primeira prioridade para o governo de Washington e como sua área de influência direta. O Itamaraty deverá propor medidas na defesa da soberania nacional contra medidas de Washington. As áreas de interesse dos EUA que podem afetar os interesses nacionais dizem respeito a classificação de organizações criminosas como organizações terroristas, tarifas que afetem as exportações brasileiras para os Estados Unidos, exploração de minérios estratégicos e as relações do Brasil com a China, além de interferência nas próximas eleições presidenciais ao incentivar governos, partidos políticos e movimentos alinhados com princípios e estratégia norte-americanos. O tarifaço norte-americano afetou as exportações brasileiras para o mercado dos EUA e a designação do PCC e CV como organizações terroristas colocam ameaças concretas aos interesses nacionais que devem ser tratadas com independência, sem confrontação a Washington.

O Brasil buscará retomar uma posição de liderança na América do Sul. Será discutida e definida uma nova política em relação a região que abranja a área política, econômica e comercial e a compreensão das novas realidades políticas em curso. Para tal objetivo, caberia promover a integração regional e um amplo debate sobre o Mercosul a fim de tornar o subgrupo regional compatível com o propósito mais amplo da abertura econômica, condição essencial para nossa própria modernização produtiva. O Brasil procurará desenvolver um projeto de colaboração com os países da região para fortalecer a democracia e os direitos humanos, para melhorar a integração física (ferroviária, rodoviária e hidroviária), para desenvolver cadeias regionais de produção, para proteger o meio ambiente na Amazônia e para combater a violência e o crime organizado que ameaça a governabilidade de muitos países latino-americanos.

A Ásia se tornou nos últimos 15 anos, o eixo principal do comércio exterior brasileiro, em especial para commodities agrícolas, minerais e energéticas. O Itamaraty terá papel relevante na organização da presença brasileira nessa região e deverá definir uma estratégia em relação à China. A aproximação com a ASEAN tornou-se importante e o esforço para ampliar os acordos comerciais com a região poderá facilitar a abertura de novos mercados para os produtos brasileiros.

Terceiro mercado para os produtos brasileiros, a cooperação política, econômica e comercial com a Europa poderá ser ampliada com a implementação do acordo cooperação e comércio entre o Mercosul e a União Europeia e com a Área de Livre Comércio de Europa (EFTA). Novos mercados e novas oportunidades de investimentos deverão ser buscados com o apoio do Itamaraty

Uma revigorada política em relação à África fará parte das prioridades da política externa. O Itamaraty deverá ampliar o perfil da diplomacia regional, com vistas a identificar possibilidades de cooperação e de expansão do intercâmbio bilateral com os países africanos. A possibilidade de maior aproximação comercial e de cooperação deverá ser explorada com a negociação de acordo de livre comércio e a ampliação dos acordos de cooperação e assistência técnica.

TECNOLOGIA:

A ESTRADA QUE LEVARÁ O BRASIL PARA A FRONTEIRA DA NOVA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Vinícius Lummertz

O Brasil encontra-se diante de uma decisão histórica. Durante as últimas décadas, o país construiu importantes capacidades econômicas, consolidando-se como uma das maiores economias do mundo, líder global em agronegócio tropical, referência em energia renovável, grande produtor mineral e relevante mercado consumidor. Entretanto, apesar desses avanços, o país permanece preso à chamada “armadilha da renda média”, incapaz de converter suas vantagens comparativas em vantagens competitivas sustentáveis baseadas no conhecimento, na inovação e na tecnologia.

O programa “**Uma Ponte para o Futuro**”, implementado a partir de 2016, contribuiu para estabilizar a economia brasileira, recuperar a confiança dos mercados e restabelecer condições mínimas para o crescimento econômico. Contudo, a nova realidade mundial exige muito mais do que estabilidade fiscal e equilíbrio macroeconômico. O século XXI passou a ser definido pela velocidade da transformação tecnológica, pela competição geopolítica por conhecimento e pela capacidade das nações de gerar inovação em larga escala.

Nesse contexto, o Brasil necessita de um novo projeto nacional: o “**Plano Estradas para o Futuro**”. Mais do que uma agenda de governo, trata-se de uma estratégia de Estado voltada para reposicionar o país na fronteira da Nova Revolução Tecnológica, transformando a tecnologia em instrumento de desenvolvimento econômico, inclusão social, soberania nacional e prosperidade sustentável.

A Nova Economia Mundial será Digital, Inteligente e Sustentável

A economia global está passando por uma transformação comparável às Revoluções Industriais dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, diferentemente das revoluções anteriores, a atual transformação ocorre simultaneamente em múltiplas dimensões tecnológicas.

A Inteligência Artificial, a automação avançada, a biotecnologia, a computação de alto desempenho, a internet das coisas, a robótica, a nanotecnologia, a bioeconomia e as energias limpas estão redefinindo profundamente os processos produtivos, os modelos de negócios, os mercados de trabalho e as formas de organização da sociedade.

Nesse novo cenário, a riqueza das nações dependerá cada vez menos da posse de recursos naturais e cada vez mais da capacidade de transformar conhecimento em valor econômico e social. O Brasil possui condições excepcionais para participar dessa transformação. Poucos países reúnem simultaneamente a biodiversidade brasileira, uma matriz energética predominantemente renovável, um sistema universitário consolidado, uma agricultura altamente tecnificada, um mercado interno de grande escala e uma posição geopolítica relativamente estável. A questão central é saber se o país será apenas consumidor das tecnologias desenvolvidas por outras nações ou se se tornará protagonista em áreas estratégicas da nova economia mundial.

A Inteligência Artificial como Infraestrutura Nacional

Assim como as ferrovias impulsionaram a Primeira Revolução Industrial e a eletricidade transformou a Segunda Revolução Industrial, a Inteligência Artificial tende a se tornar a infraestrutura fundamental da economia do conhecimento.

A IA não deve ser compreendida apenas como uma tecnologia específica, mas como uma capacidade transversal que impactará praticamente todos os setores econômicos e sociais.

Na educação, permitirá sistemas de aprendizagem personalizados capazes de adaptar conteúdos, metodologias e ritmos às necessidades individuais dos estudantes.

Na saúde, viabilizará diagnósticos mais precisos, medicina preditiva, monitoramento remoto de pacientes e tratamentos personalizados baseados em dados genéticos e clínicos.

Na segurança pública, possibilitará análises preditivas, integração de informações em tempo real e maior eficiência investigativa.

No sistema judiciário, contribuirá para reduzir a morosidade processual e ampliar o acesso à justiça.

Na gestão pública, permitirá governos mais eficientes, transparentes e orientados por evidências.

Na indústria, transformará fábricas em ambientes inteligentes, capazes de otimizar processos produtivos de forma autônoma.

Na agricultura, ampliará significativamente a precisão das decisões relacionadas ao plantio, irrigação, manejo e colheita.

Em outras palavras, a Inteligência Artificial será o principal motor da transformação digital brasileira nas próximas décadas.

A Automação e a Nova Economia do Trabalho

A automação avançada já está alterando profundamente a natureza do trabalho em todo o mundo. Máquinas inteligentes, robôs colaborativos e sistemas autônomos assumirão um número crescente de tarefas repetitivas e previsíveis. Esse processo representa simultaneamente um desafio e uma oportunidade. O desafio consiste em evitar que milhões de trabalhadores sejam excluídos da nova economia por falta de qualificação adequada. A oportunidade reside na possibilidade de aumentar significativamente a produtividade nacional, reduzir custos sistêmicos e criar ocupações de maior complexidade e valor agregado.

Nesse contexto, a educação deixa de ser apenas uma política social e passa a ser uma política estratégica de desenvolvimento econômico. O Brasil precisará construir um sistema permanente de aprendizagem ao longo da vida, capaz de requalificar trabalhadores continuamente diante das transformações tecnológicas. As competências do futuro incluirão pensamento crítico, resolução de problemas complexos, criatividade, empreendedorismo, colaboração interdisciplinar e letramento digital.

Biotecnologia, Bioeconomia e a Vantagem Competitiva Brasileira

Entre todas as nações do mundo, poucas possuem uma oportunidade tão singular quanto o Brasil para liderar a revolução biotecnológica. A maior biodiversidade do planeta, associada à capacidade científica instalada em universidades e centros de pesquisa, pode transformar o país em referência global em bioeconomia.

A biotecnologia permitirá o desenvolvimento de novos medicamentos, alimentos funcionais, bioinsumos agrícolas, biomateriais, cosméticos avançados e soluções inovadoras para a saúde humana e ambiental.

A Amazônia, em particular, poderá deixar de ser vista apenas como patrimônio ambiental para tornar-se uma das maiores plataformas mundiais de pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.

Nesse modelo, a floresta em pé passa a gerar mais riqueza do que sua destruição, criando uma nova lógica econômica baseada no conhecimento e na conservação ambiental.

Energia Limpa e Liderança na Descarbonização

A transição energética representa outra oportunidade histórica para o Brasil. Enquanto diversas economias enfrentam enormes desafios para reduzir suas emissões de carbono, o Brasil já possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo.

O avanço da energia solar, da energia eólica offshore, dos biocombustíveis avançados, do armazenamento energético e do hidrogênio verde cria condições para que o país assuma posição de liderança global na economia de baixo carbono.

A combinação entre abundância de recursos naturais, capacidade produtiva e potencial tecnológico poderá transformar o Brasil em exportador não apenas de energia limpa, mas também de tecnologias associadas à descarbonização industrial e à mobilidade sustentável.

Transformação Digital como Política Nacional

O aspecto mais importante desse cenário é compreender que a **transformação digital** não constitui um setor econômico específico. Ela representa uma transformação transversal que impactará simultaneamente a indústria, os serviços, a agricultura, a educação, a saúde, a infraestrutura, a segurança pública e a administração governamental.

Por essa razão, o Brasil necessita construir um verdadeiro **“Sistema Nacional de Inteligência para o Desenvolvimento”**, capaz de integrar ciência, tecnologia, inovação, educação e planejamento estratégico.

A **transformação digital** exige infraestrutura de conectividade universal, computação avançada, segurança cibernética, governança de dados, marcos regulatórios modernos e investimentos consistentes em pesquisa e desenvolvimento. Mais importante ainda, exige uma visão integrada de longo prazo, capaz de alinhar governos, empresas, universidades e sociedade em torno de objetivos comuns.

O Brasil de 2040

Se o Brasil implementar com sucesso o **Plano Estradas para o Futuro**, o país poderá chegar a 2040 ocupando uma posição muito diferente daquela que ocupa atualmente.

Poderá ser reconhecido como uma potência tecnológica verde, líder mundial em bioeconomia, referência em agricultura inteligente, protagonista na produção de energia limpa e exportador de soluções de Inteligência Artificial aplicadas a desafios públicos e produtivos.

Poderá possuir cidades mais inteligentes, sistemas educacionais personalizados, serviços públicos mais eficientes e uma economia significativamente mais produtiva e inovadora.

Entretanto, esse futuro não ocorrerá automaticamente.

A mesma revolução tecnológica que cria oportunidades extraordinárias também pode ampliar desigualdades, concentrar renda e aprofundar exclusões caso não seja acompanhada por políticas de inclusão digital, educação de qualidade, requalificação profissional e regulação inteligente.

A escolha estratégica está colocada. O Brasil pode continuar acompanhando passivamente as transformações produzidas por outras nações, como fez quando escolheu a estrada errada em 2022, ou pode escolher o **“Plano Estrada para o Futuro que o levará para a Fronteira da Nova Revolução Tecnológica”**, assumindo o protagonismo em áreas nas quais possui vantagens competitivas únicas.

A **tecnologia** não é apenas uma ferramenta de modernização. Ela é a **estrada** que poderá conduzir o Brasil da condição de economia emergente para a condição de nação desenvolvida, inovadora e protagonista da nova economia mundial. Como ocorreu em outros momentos decisivos da história, o futuro dependerá menos dos recursos que possuímos e mais da capacidade coletiva de **transformar conhecimento em prosperidade**.